Revista do Ensino

ORGAM OFFICIAL
DA DIRECTORIA DA INSTRUCÇÃO

ANNO I — Bello Horizonte, 10 de Maio de 1925 — N.º 3

SUMMARIO

O individualismo e a autoridade em educação. Selecção dos bens dotados.

PEDAGOGIA

Ensaios de psychologia experimental pedagogica. Tests de capacidade de combinação. Informações estrangeiras. Tests - por Nelson Romero. Direcções para o Estudo de geographia. Methodo «Projects». Linguagem e Civismo Correlacionados. Estudo do Japão, usando o methodo «Projecto». Visita a uma casa em construcção.

PAGINAS HISTORICAS

Gonzaga.

VARIEDADES

Analyses. O cinematographo rural. Bibliothecas populares. Do canto nas escolas. Os tres livros. Jogos menores. Nodgi, Mestre-Escola. Instrucção Publica e educação.

SECÇÃO OFFICIO

Obrigatoriedade do ensino em Minas Geraes. Relação de professores elogiados.

O individualismo e a auctoridade em educação

Por Lucio José dos Santos

(Trechos de uma conferencia realizada em S. Paulo, em 1918)

(*Continuação*)

E' preciso, dizem os individualistas, respeitar a iniciativa e espontaneidade da criança.

Está muito bem. Mas, na base de todas as noções que ella vai receber, deve estar a da sua responsabilidade, noção esta que os preconceitos infundidos e as degenerações transmittidas ou adquiridas podem desviar completamente de seu verdadeiro sentido.

O conceito da responsabilidade não se póde basear em abstracções ou sobre a experiencia pura, porque esse conceito exorbita das relações puramente humanas, exige um principio superior de coordenação, explicando e dirigindo o destino. E' necessario uma auctoridade superior á experiencia.

E' preciso, dizem ainda, fazer appello á razão e á consciencia da criança. Isto tambem é facil de dizer-se; mas, a educação da criança começa no berço, começa no dia do seu nascimento. Com que razão e consciencia se póde contar nesses primeiros tempos? Essa razão e essa consciencia é precisamente o educador que vae despertal-as e formal-as. Só muito mais tarde poderá elle appellar para a razão, a consciencia, o pundonor, a honra da criança. E' necessaria, pois, uma auctoridade.

E' preciso, clamam afinal, respeitar os direitos e a liberdade da criança.

E' bonito de dizer-se. Mas, na criança, esses direitos se ignoram e essa liberdade está ainda em potencia.

Si se pudesse, na criança, contar com a razão, a consciencia, a liberdade e a noção dos direitos desde o inicio, facillima seria a tarefa do educador.

Isso tudo, porém, está por formar-se.

Por isso, muito exacta é a definição do Pe. Ruiz Amado, dizendo que a educação é a geração moral da criança.

O systema da abstenção ou mesmo o da intervenção minima, é muito commodo para os educadores.

Já o Pe. Gerdil, combatendo Rousseau com uma competencia e elevação de vistas que mereceram elogios do proprio sophista, mostrando a parte que, na educação, tem a auctoridade e a parte que deve ser reservada á liberdade, dizia que esse systema pedagogico era bom para alimentar a preguiça dos educadores, julgando estes que o melhor é deixar a criança entregue a si mesma.

No ensino das sciencias, o methodo individualista de Rousseau é o socratico, que consiste em interrogar em diversos sentidos a criança, levando-a a dizer, por si mesma, a verdade que se lhe quer ensinar.

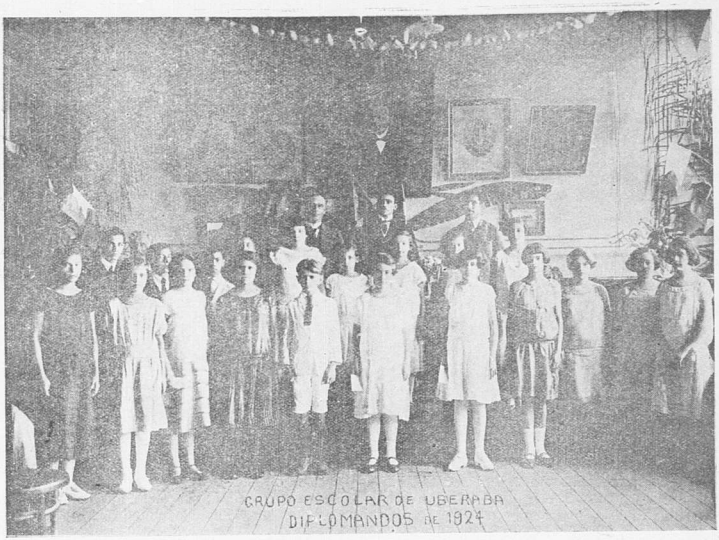
Por esse processo, o ensino da mais insignificante verdade consumirá horas inteiras a cada alumno.

Nas minhas aulas de Hydraulica, fosse eu empregar esse methodo, e perderia o juizo.

Mme. de Stael disse com razão que, pelo systema de Rousseau, um homem gastaria a vida inteira para educar outro.

Póde-se ser muito partidario da liberdade, desde que, porém, se tenha a car o a educação de uma criança, se reconhece immediatamente que é impossivel deixar-lhe fazer o que quizer.

Educar uma criança é necessariamente exercer sobre ella uma auctoridade e della exigir uma obediencia. A criança não se transforma espontanea-



GRUPO ESCOLAR DE UBERABA — DIPLOMANDOS DE 1924

mente naquillo que deve ser como homem. E' preciso oriental-a.

Em conclusão : A educação sem auctoridade é não só absurda em principio como impraticavel de facto.

2.° *Não póde haver boa educação só pela auctoridade*:

Admittida a perversão original do homem, forçoso é concluir que só pela auctoridade se póde educar a criança. De um erro só podem proceder consequencias erroneas.

Educar uma criança não é ensinar-lhe a se deixar dirigir, mas fazer della uma individualidade capaz de se dirigir por si mesma. Si assim é, não se devem apenas exercer sobre a criança esforços exteriores, destinados a modifical-a e moldal-a segundo modelos preconcebidos. E' indispensavel deixar uma larga parte á espontaneidade, actividade natural da criança.

A educação só pela auctoridade, por palavras, por licções, é absurda. Com effeito, a auctoridade, para ser efficaz, precisa fallar á razão, deve ser reconhecida pela razão. Ora, as idéas não penetram na criança pela razão. A criança, com o seu cerebro impressionavel, diz Fiessinger, só é capaz de vibrar pelas emoções que receber; por isso é que tanta efficacia tem a acção educativa das mães. O cerebro da criança é imaginativo; é, pois, preciso fallar mais á imaginação que á razão.

Em França, continúa o citado auctor, a Pedagogia official basea-se num contrasenso, porque na criança a razão é uma serva e não uma dirigente.

Não é a razão que se serve das paixões, diz Nicola, mas as paixões que se servem da razão para justificar os seus fins.

Sustentar que o homem é dirigido pela sua razão, affirma Spencer, é o mesmo que affirmar que é guiado pelos seus olhos.

Que diremos, então, em se tratando da criança?

Com muita razão diz Blakie, professor na universidade de Edimburgo, que as fontes reaes e originarias de todos os conhecimentos, não são os livros, é a propria vida, a experiencia, o pensamento, o sentimento, a acção individual.

Uma educação meramente intellectual, diz Bordeau, é uma educação necessariamente depravada.

Na pratica da vida, é o homem guiado por um

conjuncto de elementos racionaes, moraes e affectivos, que constitue o seu *caracter*. E', pois, indispensavel, desde cedo, formar na criança, esse caracter.

Ora, o caracter nada vale em si mesmo, si não se reduz, na pratica, a uma vontade em acção, vontade previamente disciplinada, fortificada e orientada. Um elemento importante, pois, em educação, é a vontade. E tão importante é esse elemento que posso dizer, com Förster: No fundo, a educação consiste na formação da vontade.

Esse resultado, porem, não se consegue pela acção exclusiva da auctoridade. A vontade forma-se pelo exercicio e não pela compressão.

Acreditam alguns que o caracter do homem se forma no turbilhão da vida. E' um engano. A pratica da vida destróe mais caracteres do que constroe e forma.

E' indispensavel, em consequencia, que esse caracter já se venha formando na criança, para que se robusteça com as luctas e difficuldades da vida, em vez de amolgar-se e dissolver-se no primeiro embate.

A auctoridade que se exerce subjugando, submettendo e mesmo despedaçando a vontade, produz males incalculaveis.

A's vezes os resultados obtidos são passageiros, e, contra essa disciplina meramente mecanica, reage a criança apenas se vê livre da auctoridade que a comprimia. E, então, teremos um homem agindo em falso, em lucta permanente contra a educação que recebeu. Dentre esses, quantos conseguirão refazer a sua educação por si mesmos, pelo seu esforço?

Muito poucos.

Outras vezes, a auctoridade exerceu-se de tal modo que deformou definitivamente ou annullou a vontade; e o individuo conserva-se nullo, passivo, incapaz, pelo resto da vida.

Educar só pela auctoridade é, pois, um erro funesto. Na realidade, porém, nenhum methodo educativo se tem empregado só pela auctoridade, assim como nenhum tambem se tem visto, absolutamente sem a auctoridade.

Argumentar com exaggeros e caricaturas é facil; não é, porém, leal nem util.

—

3.º — *Conclusão:* A verdadeira educação exige o respeito á liberdade e á individualidade da criança; mas não pode ser feita sem a intervenção da auctoridade.

O difficil está em saber, até onde se deve acompanhar a espontaneidade do educando e dentro de que limites se deve exercer a auctoridade.

Exercer sobre a criança uma auctoridade que consulte as bases da sua verdadeira natureza, na sua origem e no seu destino; que a encaminhe para o seu verdadeiro objectivo, de que tão facilmente se desvia, quando abandonada a si mesma, não é tolher a sua liberdade, não é constrangel-a, não é comprimil-a.

Eu não sacrifico a minha liberdade mental, quando reconheço a veracidade de uma demonstração scientifica, nem a minha liberdade moral, quando procedo de accordo com as normas que aprendi e considero perfeitas.

A disciplina e a liberdade não se excluem; completam-se.

A liberdade sem a disciplina é esteril e vã, quando não perigosa e anarchica.

A disciplina sem a liberdade é servidão, e passividade; annulla a espontaneidade, mata a iniciativa; destroe ou falseia a responsabilidade.

A educação que ensina a ser livre e disciplinado, que desenvolve a liberdade ligada a uma vontade energica e disciplinada, capaz de dominar as paixões e obedecer a um ideal nobre, essa educação fará os homens fortes e os povos grandes e dignos, porque preparará homens capazes de se dirigirem por si mesmos.

Duas grandes verdades se encontram no catholicismo: Nós somos estreitamente solidarios uns dos outros, nada no mundo se faz sem a cooperação. Nada, porém, mais respeitavel do que a consciencia individual.

A solidariedade humana é um facto primitivo, sem o qual não se poderia comprehender a sociedade. Mas, a inviolabilidade da consciencia é um conceito que o paganismo não conhecia. Foi Jesus Christo quem libertou a consciencia individual.

Por nós mesmos, diz o Padre Labarthonière, nada temos e nada somos,—tudo que somos, nós o somos pelo concurso de Deus e da sociedade, - mas, de outro lado, no fundo, nós não somos senão aquillo que queremos ser. Ninguem é christão por si mesmo,—mas ninguem é christão contra si mesmo.

Quer isso dizer que a criança se fórma em vista de uma sociedade em que vae viver, de um Deus que a creou; existem normas a que se ha de submetter. Mas a criança é uma cousa sagrada, que tem direito a formar-se e expandir-se segundo as suas virtualidades.

Fóra do recinto christão, será difficil, talvez impossivel, conciliar essas duas ordens de idéas.

Pela concepção christã, não sómente se concilia a liberdade, que o individuo tem o direito de reclamar, com a auctoridade que a sociedade tem o direito de impor-lhe, como tambem se esclarece a verdadeira significação do individuo no seio da sociedade, indicando-lhe até onde vão os seus direitos e onde começam os seus deveres.

A SELECÇÃO DOS BEM DOTADOS

Desde que Bethmam Hollweg lançou nas multidões o lemma: «Abrir caminho aos intelligentes!» nunca mais a questão sobre a selecção dos talentosos ficou esquecida. Por todos os meios, em livros, em revistas, em reuniões, os Psychologos, Pedagogos e Socialistas levantaram e ventilaram a questão: «Quem é habilidoso?!» O povo miudo nunca tarda com a resposta: habilidoso é aquelle que dá conta do seu recado!

Em muitos casos, e principalmente quando se trata de que o Governo—favoreça a instrucção de creanças talentosas, não se póde esperar até que estas tenham dado provas reaes de suas capacidades. Cumpre, pelo contrario, avaliar já de an-

temão as grandes qualidades futuras. Os resultados obtidos nas escolas não estão sempre de accordo com as habilidades mostradas na vida posterior. Quantas vezes acontece que um assim chamado «alumno modelar» não passa depois de uma mediocridade, ao passo que os que eram «maos alumnos» causam sorprezas á sociedade por suas descobertas e invenções.

E' justo, pois, perguntar-se: Em que consiste a grande grande habilidade?

Deixando á parte, por emquanto, pesquizas particulares' salientam-se dois principaes factores n'este sentido: 1.º optima disposição intellectual, seja que essa se estenda a um campo mais vasto; ou seja ella muito restricta, e se concentre em uma região mais especial no campo da intelligencia, como por exemplo na technica, musica, etc. etc.; 2.º, uma certa tenacidade de vontade e perseverança no intento que não recua logo, á vista dos obstaculos; mas que trata de os remover ou superar.

Ha certo tempo era crença mais ou menos geral, que os resultados escolares estabeleceriam um criterio exacto para se avaliar indubitavelmente os dons naturaes do individuo. Este criterio, entretanto em multissimos casos mostrou-se enganador, de modo que não póde ser tomado como medida unica e segura n'esta questão.

Como existe, porém, uma sciencia cujo escopo principal é o estudo da alma humana, nada mais natural e logico do que pedir a ella, a Psychologia, a solução de tal problema. Mas a Psychologia, mesmo com o seu apparato mais moderno—a experiencia—ainda não estava na altura de poder dar as suas respostas com tanta exactidão e clareza que pudessem satisfazer as exigencias da vida pratica.

A Psychologia experimental já tinha estabelecido por provas numerosas que os homens cultos em geral davam melhores resultados nas experiencias do que os rudes. Veio, pois, aos Psychologos a idea de adoptarem uma experiencia qualquer como medida e criterio da intelligencia. Que testes tantas não pediam dar resultado é evidente: porque o problema não é tão simples, nem tão facil a sua solução.

Procurou-se, depois, apanhar um phenomeno psychico singular como typo, ou digamos, como funcção fundamental da intelligencia. Binghaus escolheu a combinação, Neumann a abstracção, Binet, a attenção. Mas tambem este caminho levou para o deserto; porque a intelligencia é tão multiforme e de tanta variedade que seria impossivel apanhal-a por um ponto só em toda a sua extensão.

Outros Psychologos, então, acharam mais conveniente ir pedir á Pedagogia os recursos para a solução de um problema tão complexo. Mandaram as creanças decorar poesias, escrever ditados, fazer composições, resolver problemas de arithmetica; mas no fim da experiencia não se sabia quaes eram as funcções psychicas que foram medidas por meio d'estas provas.

Cumpre mencionar, emfim, ainda um grupo de Psychiatras que tentaram resolver o problema pelas chamadas provas de sagacidade ou penetração—como sejam apanhar o sentido de um dito chistoso; comprehender uma locução proverbial, ou uma sentença; dar uma definição; fazer uma comparação etc. Os resultados obtidos por estes meios, não podiam ser, e pelos mesmos motivos, melhores do que os do grupo anterior.

Destes trabalhos preliminares nasceu, entretanto, o systema de provas intellectuaes de Binet e Simon, que compilou para creanças de 3 a 11 annos cinco problemas ou typos de prova (tests) para cada anno.

Embora tenha este systema ainda hoje uma serie de imperfeições, deu na pratica resultados mais ou menos satisfatorios. Só se presta, entretanto, para experiencias individuaes. Estas experiencias ou provas occupam o espaço de 3/4 de hora até uma hora inteira. Adiante estas provas é possivel determinar a «edade intellectual» da creança, conforme a especie de problemas resolvidos.

Pela comparação d'esta edade intellectual com a edade de vida da creança conclue-se que a creança é normal: quando coincidem as duas edades; ou bem dotada: quando a edade intellectual precede; ou emfim mal dotada: quando a edade intellectual vem atrazada em relação á edade de vida.

Para poder examinar a mesma creança mais vezes depois, em certos intervallos, era preciso elaborar series de problemas parallelos, trabalho esse que foi feito por Karstädt.

Para ser completo devia este systema ser levado além da edade indicada (de 11 annos) até a de madureza, e por meio de provas adequadas.

Este methodo deu bons resultados quanto á selecção dos talentosos.

Completamente improficuo, entretanto, se mostrou para exames simultaneos ou então de grupos de creanças.

Quando se fundou em Berlim a escola dos «bem dotados» era preciso examinar 300 creanças de 13 a 14 annos de edade, e em Hamburgo eram até 1355 creanças de 10 annos de edade; circumstancia essa que exigia as provas em massa. Os Psychologos Moede e Piorkowski elaboraram um schema (padrão) de exame para funcções intellectuaes, tanto analyticas e synthetica, quanto simples complexas. Infelizmente não podiam «aferir» o systema antes de entrar em uso e foi esta a causa do pouco resultado pratico que deste systema se colheu. As suas provas visavam a attenção e a faculdade de concentração de espirito em reproducções immediatas, e além disso a combinação, a esphera das ideas, a facuidade de formular um juizo, a intuição e a observação. Muitos dos problemas eram bastante difficeis, o que, de certo, não prejudicaria a selecção. Tambem a duração de cada prova estava rigorosamente determinada, de modo que as creanças mais lentas nos seus trabalhos não lograram exhibir toda a sua habilidade.

Os de Hamburgo tinham sobre os de Berlim a vantagem de poder experimentar, tanto os seus 4 problemas analyticos, como tambem os 4 synthieticos em creanças de 12 annos de edade circumstancia essa que lhes proporcionou um criterio muito mais seguro do que o puderam ter as de Berlim, cujos resultados, portanto, não passaram de medidas relativas. Os de Hamburgo não limitaram a duração do trabalho de modo que tambem as creanças menos espertas pudessem mostrar todo o seu saber. Nem tão pouco desprezaram elles o julgamento dos professores que conheciam as creanças já desde annos, e, pelo contrario, valiam-se destas «medias», e até tentaram aperfeiçoal-as pelas observações continuas, registradas em folhas proprias (folhas de observação).

Todo o material existente até 1922 para provas intellectuaes deste genero, foi colhido por O. Wiegmann e W. Stern e editado sob o titulo: «Os methodos das provas intellectuaes em creanças».

A medição da força de vontade, tanto a momentanea como a permanente, é ainda mais difficil de ser effectuada do que a da boa intellectualidade. Moede e Piorkowski fizeram com que as creanças fossem observadas numa casa apropriada durante as ferias. Puzeram á disposição das creanças diversos jogos para descobrir genios proprios ou inclinados para governar, ou então davam sob a forma de problemas difficeis para ver quem era capaz de vencer difficuldades e quem immediatamente desanimava.

Mandaram, por exemplo, as creanças extenderem os braços e deixaram-nas ficar nesta posição para ver quem se aguentava mais tempo. Que por estes meios se colheram esclarecimentos uteis quanto á força da vontade nas creanças não se pode negar. Mas tão pouco se póde negar tambem que estes methodos, empregados por Moede e Piorkowski não passaram de experiencias empiricas bastante grosseiras.

O psychologo Alvamowski emprehendeu medir a força de vontade por gráos e minutos pelo galvanometro. A força de vontade, julga elle, é o imperio exercido sobre si mesmo—contra a tendencia dos affectos. Intercallando a pessoa, objecto da experiencia, n'uma corrente electrica, em serie com um galvanometro, este accusa uma corrente se a pessoa sente na hora da experiencia o forte impulso de um affecto qualquer. Si a pessoa consegue reprimir a tal impulso pelas forças de sua vontade o desvio do galvanometro é menor ou então nullo.

Ainda que taes provas não fossem restrictas a experiencias individuaes, ha grandes reparos psychologicos que contra as mesmas se levantam.

Em todo o caso são os primeiros passos dados n'um caminho tão escabroso. Si nos lembramos quão difficil era a

tarefa de medir a intelligencia, começando das primeiras experiencias fortes, para assim dizer ás apalpadas, até as experiencias de Hamburgo, não ha motivo de perdermos as esperanças. Já e já, entretanto, não será possivel que a vida pratica colha fructos d'esta arvore. Por emquanto as experiencias sobre a força de vontade se limitam ás observações criteriosamente feitas durante o anno lectivo na escola pelos professores e professoras. Assim como as folhas de observação preparadas pelos professores podiam completar e illustrar as provas experimentaes da intelligencia, devem estas mesmas folhas de observação, por emquanto, substituir a experiencia por completo. Em Hamburgo foram as creanças observadas, no principio só nas ultimas 6 ou 8 semanas antes dos exames; depois augmentou-se o tempo da observação; e actualmente já é praxe observar-se systematicamente a creança desde que ella dá signaes de maior talento, e que chama sobre si a attenção do professor.

Tirando o resumo desta rapida exposição, chegamos ás seguintes conclusões:

1.º A experiencia psychologica não chegou ainda a este grão de perfeição que possa substituir por completo o julgamento pedagogico na avaliação da intellectualidade;

2.º está, entretanto, nas condições de reclamar o direito de ser ouvido quando se trata da selecção dos mais ou menos prendados quanto á intelligencia;

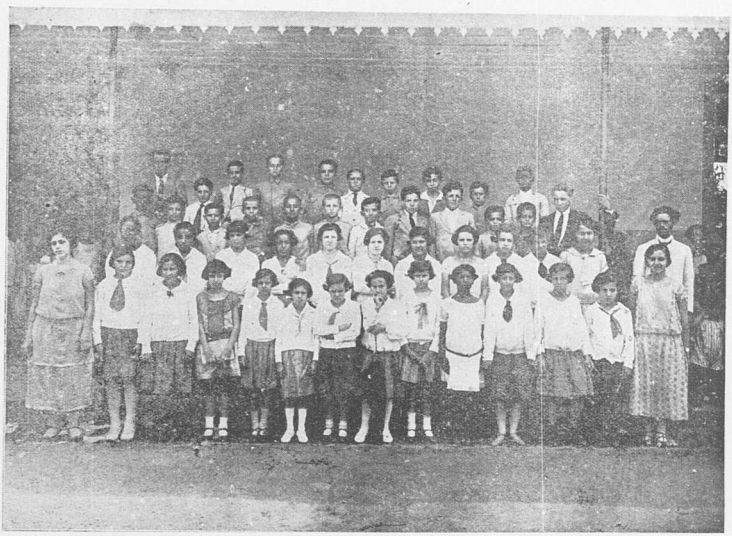
3.º é indispensavel accrescentar uma folha de observação, feita com muito criterio, como auxiliar da experiencia, tanto na avaliação da intelligencia, como principalmente, na da força de vontade;

4.º no caso em que os dois methodos derem resultados contradictorios, é forçoso, por emquanto dar preferencia ao julgamento pedagogico;

5.º para a avaliação da intelligencia, em casos particulares, e com creanças de pouca edade, o methodo de Binet-Simon; na sua modificação e amplificação por Bobertag e Karstädk deu bons resultados;

6.º tratando-se de experiencias simultaneas em muitas creanças, será indispensavel que os «tests» tenham sido «aferidos» de antemão; isto é que tenham sido experimentados e reconhecidos como uteis.

Pe. Mathais.



GRUPO ESCOLAR DE CATAGUAZES — TURMA DE ALUMNOS DO 4.º ANNO, EM 1924

PEDAGOGIA

Ensaios de Psychologia Experimental Pedagogica

Em torno de um *test* mental para explorar-se a imaginação creadora

A EVOCAÇÃO E CREAÇÃO DE SILHUETAS

As provas mentaes tão profundamente empregadas na psychologia pedagogica hodierna, preenchem uma duplice funcção: a) são reactivos que provocam determinados estados psychicos cuja expressão crea uma fonte objectiva de importante investigação e estudo; e b) põem em actividade diversas manifestações psychicas e orientações especiaes do espirito, resultando excellentes fructos educativos.

O primeiro aspecto funccional ministra material precioso ao psycho-diagnostico, empregando-se com fins escolares, e em campo mais vasto e complexo de serviço social, por exemplo: *tests* mentaes de capacidade militar, orientação profissional, provas de admissão para aprendizes mecanicos, etc. A vasta cultura dos povos que usaram os *tests* mentaes e a relevancia das diversas instituições que adoptaram escalas psychometricas constituem uma solida garantia de sua bondade. O segundo aspecto funccional interessa especialmente á technica pedagogica, entendida no sentido mais nobre e profundo do que o da pragmatica para o cultivo das faculdades das creanças, supprimindo-se a estupida memorização.

A realização de qualquer experiencia de psychologia tem sempre esta dualidade de funcção, mas segundo o objectivo proseguido pelo mestre, as condições de uma mesma prova podem variar.

Ainda que o segundo aspecto deva predominar na escola, não se segue que se abandone o primeiro, porquanto tudo que o educador fizer para conhecer os alumnos redundará na maior economia, precisão e certeza de sua missão docente.

INTERPRETAÇÃO DE MANCHAS

Vamos estudar um *test* mental empregado na exploração da imaginação creadora, em uma de suas multiplas manifestações: a formação de silhuetas.

E' como que, um *test* tirado de manchas de tinta.

Este reactivo, architectado por Binet, foi diversamente usado, mas a technica corrente é a que formula o professor Mira em interessante artigo sobre vulgarização

Depois de usal-o de conformidade com a formula referida, pode-se variar a technica de accordo com observações pessoaes colhidas em experiencias feitas entre os alumnos das escolas primarias, adultos dos cursos nocturnos, normalistas, etc.

EMPREGO

A collecção de manchas compõe-se de 4 series de 12 reactivos cada uma, divididas em 3 grupos de 4 manchas. Na gravura junta figura o primeiro grupo da serie A. As manchas devem ser grandes, afim de que sirvam para experiencias collectivas (de 13 a 16 × 8 a 15 centimetros), em uma folha de papel de 0,16 × 0,22.

Cada folha traz um numero em baixo que serve não só para um emprego uniforme como tambem para apresentar a mancha sempre na mesma posição, pois, si é invertida, inverte-se e transforma o aspecto, variando as condições da experiencia.

O *test* mental póde ser empregado individual ou collectivamente:

1.° Isola-se o alumno e depois de se convencer de que comprehendeu bem — mediante exemplos — o que deve fazer, começa-se a experiencia.

Apresentam-se os grupos da serie A, separados por intervallos de alguns minutos, afim de que o escolar descance um pouco.

Registada a resposta dada pelo educando, procurará o professor saber si a interpretação feita pelo alumno foi ou não exacta.

Caso tenha o menino dado uma resposta inexacta, apresenta-se de novo a mancha ao alumno para que elle justifique.

2.° Nas experiencias collectivas não se devem os alumnos communicar ou collocar de modo a copiar as respostas. Mostra-se uma das manchas aos alumnos reunidos, marcando-se-lhes um prazo de 20 a 30 segundos para que cada um deixe sua impressão em papel separado.

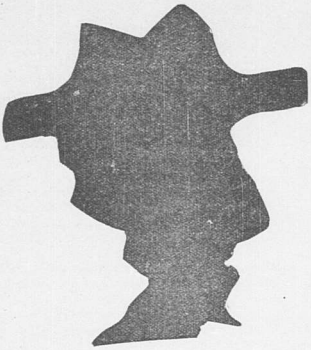
Quando este *test* é empregado com a unica preoccupação de educar é preferivel a fórma collectiva, pois, despertando o estimulo e a competencia, servem-se os escolares do exercicio para o cultivo da reacção imaginativa, interpretando manchas diversas, fórmas das nuvens, silhuetas distantes, etc.

EXEMPLO DE RESPOSTAS

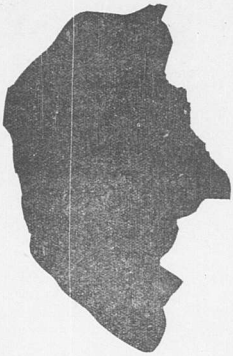
Em uma das experiencias (fórma individual) no Instituto Normal de Varones, obteve-se de um grupo de alumnos do 3.° e do 4.° anno, o seguinte resultado:

SERIE A, GRUPO 1.° (Veja-se a gravura)

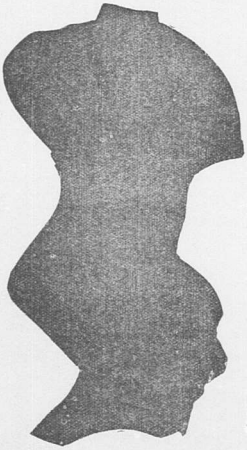
Reactivo N.° 1	*Numero de respostas*
Cabeça humana	14
Fórma humana invertida.....	6
Especie de veste.....	1
» » peixe.....	1
Animal phantastico.....	1
Negativas.....	2
Total..	25



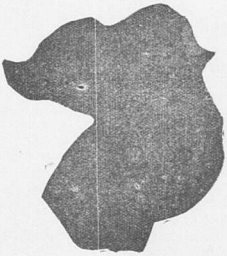
1



2



3



4

TECHNICA DE VALORIZAÇÃO

A qualidade das imagens constitue o valor mais serio para apreciar a imaginação, sendo de pouca importancia tanto a rapidez da reacção como a quantidade de imagens interpretadas pelos escolares deante dos reactivos.

Miss. Sharp estabeleceu uma escala de apreciação que comprehende 4 grupos:

a) objectos vulgares; b) objectos scientificos; c) reminiscencias litterarias; d) objectos fabulosos e mythologicos.

Adoptamos esta escala com algumas modificações e com uma comprovação de exactidão ou approximação. Para ser valida, deve ser uma resposta motivada por analogias Não se acceitam imagens demasiado faceis, podendo ser as de reacção mais ou menos frequentes. E' indubitavel que o valor dessas imagens varia em razão inversa da frequencia. Além disso, as reacções pouco frequentes pódem fazer referencia a objectos vulgares e por isso teem menor prestigio do que as que alludem a seres e objectos pouco communs evocados ou creados pelo alumno.

Para obter-se o valor numerico do conjuncto de reacções, basta applicar a cada resposta seu respectivo coefficiente e sommar os resultados.

Os *tests* mentaes constituem uma dupla prova: 1º a experiencia mede ou procura medir a mentalidade do alumno; 2.º o valor da experiencia nos dá a medida da capacidade scientifica e profissional do experimentador.

(Traduzido da Revista *Educacion*, de Montevideo).

Tests de capacidade de combinação

Die Prufüng der Kombinationsfähigkeit por Elli Bootz (*); adaptação por Lucio José dos Santos

Trata-se, neste *test*, do seguinte. Fornecem-se á criança tres palavras suggestivas, que constituem os elementos de um conjuncto logico mais amplo. A criança deverá accrescentar palavras, de modo que resulte um complexo consciente, formando sentido constituindo uma representação logica. Por exemplo, as tres palavras: Ladrão—panella—ferida.

Devem-se escolher essas palavras entre os que são familiares, de nome e de sentido, aos alumnos, pois, este *test* tem em vista a verificação de uma capacidade funccional, presuppondo já a existencia dos materiaes necessarios á combinação.

O tempo que se deixar ao alumno para esse trabalho, é previamente determinado por meio de experiencias com outros alumnos.

Para apreciar melhor essa capacidade de combinação, convirá exigir mais de uma solução. Uma creança incapaz difficilmente conseguirá uma segunda combinação, podendo talvez ter acertado na primeira por acaso, pela lembrança do que lhe disse algum collega já submettido ao *test* etc.

A criança incapaz, em uma segunda prova, pouco modificará o primeiro resultado como seja addicionando futilidades ou modificando apenas a ordem das palavras.

Por esse modo impede-se ainda que o alumno produza apenas uma concatenação associativa de conceitos isolados, o que é facil.

A nota, ou, como dizem os Americanos, o *credito* que se deve dar, conforme a resposta, não é facil. Piorkowski, auctoridade na materia, estabelece em pontos:

1.º	Solução errada ou nenhuma solução..	0.2
2.º	Solução quasi certa.....	0.5
3.º	Solução exacta.....	1.0
4.º	Solução exacta e bastante original....	1.5 a 2

E' natural que essas notas tenham um caracter um tanto subjectivo; devem, pois, ser tomadas, a principio, em caracter provisorio, para serem modificadas após melhores e mais seguros resultados.

Alguns preferem as soluções concisas e simples, ao passo que outros apreciam mais as provas em que se estendem bastante os alumnos.

Como quer que seja, é facil reconhecer o alumno que tem capacidade de reflexão, o que possue imaginação etc.

Fiz muitas experiencias em Colonia, em crianças, meninos e meninas, de 8 annos de edade, do 2.º anno escolar; em meninas de 11 annos, do 6.º anno; em meninas de 13 annos que terminavam o curso; em meninos e meninas de 12 annos, de uma escola complementar; e em crianças de 8 a 13 annos, em uma escola de uma só classe. Verifiquei que os mais simples exercicios desta especie só parcialmente são resolvidos por crianças de 8 annos. Assim o *test* formado pelas tres palavras: *Assaltante—Biblia—Virar* (*), estabelecido para 92 meninas de 8 annos, só foi resolvido por tres; os outros limitaram-se a dizer que o assaltante voltou com a Biblia roubada, ou simplesmente: O assaltante revolveu a Biblia.

Piorkowski acredita que haja muito de subjectivo no estabelecer as differenças entre essas soluções, tornando-se necessario fazer outros exercicios.

Os conceitos a formular não devem ser abstractos, nem tirados fóra do circulo de idéas da criança. Assim, em crianças de 11 annos, verificou-se que o conceito—*desespero*—não era bem comprehendido e facilmente confundido com duvida.

O exemplo: *Gato—arvore—pennas—arrancadas*, em uma classe normal de 30 meninos de 11 annos, só foi resolvido satisfactoriamente por 5. Isso prova que o exemplo em questão não pertence á orbita de idéas de uma criança dessa edade a qual, ás mais das vezes, só vê o gato em casa. Esse modo de entender é confirmado por uma das soluções que foi: Um gato estava sósinho em uma casa, e não sabia o que fazer. Tomou então uma almofada e arrancou-lhe as pennas. Quando chegaram as pessoas e viram isso, quizeram perseguir o gato; este, porém, subiu a uma arvore».

Outros disseram que o gato tinha arrancado pennas de si mesmo, sabendo, entretanto, que o gato não as tem. Outros ainda entenderam que se tratava de pennas de escrever.

Uma solução typica foi a seguinte: Um passarinho estava em uma arvore; o gato viu-o, quiz brincar com elle e despedaçou-lhe as pennas» Esta solução denota fraca intelligencia, pois a criança ficou satisfeita com dizer que o gato despedaçou ou arrancou as pennas, sem reflectir que o gato não sobe a uma arvore para esse fim.

E' indispensavel que se possa avaliar devidamente o grau de intelligencia. Ora, para isso ha considerações diversas.

Alguns professores querem apurar apenas si o thema foi resolvido, pouco lhes importando como foi. Outros ligam valor á originalidade. Ora, na solução, podem figurar outros factores, além da intelligencia, como a phantasia, a experiencia e a elocução Por exemplo: Propuzeram-se as palavras—*Açougueiro, trapaceiro, vacca, sal*. Esse thema foi resolvido do seguinte modo por uma menina de 11 annos: Certa vez, compraram algumas pessoas a um açougueiro, um pouco de carne; o açougueiro, para enganal-as, espalhou bastante sal na carne de vacca e poude assim vender em melhores condições que os outros açougueiros».

Cessou a admiração causada por essa solução, quando se soube que a menina era filha de um açougueiro especialista em taes trapaças.

Verifica-se que as creanças, ás vezes não bem dotadas intellectualmente, encontram entretanto soluções originaes.

Outros experimentadores ligam bastante importancia á pobreza ou riqueza de palavras. Segundo Piorkowski, essa pobreza deveria ir cessando desde os 10 annos. A's vezes, a creança compreheude, mas exprime-se mal, podendo ser indevidamente apreciada. Assim, o thema *Relogio parado, desastre em estrada de ferro, alegria*, foi resolvido por uma menina de 11 annos, do seguinte modo: O relogio de um homem parou e, por isso, chegou elle tarde á estação da estrada de ferro; o trem descarrilou, e as pessoas que viam isso, riram-se.

Pedindo eu explicações á menina, esclareceu me ella que o homem em questão era conductor de trem (machinista); como chegasse tarde, substituiram-n'o por outro que não conhecia o trecho da estrada; este fez descarrilar o trem; pessoas maldosas presentes, acharam graça.

A falta de termos technicos deve ser tida em conta.

Para o thema: *Agricultor—indolente—bom—terreno de trigo—desespero*, ouvi, a solução. «No verão estava o trigo de um agricultor, excepcionalmente bom. O agricultor, porém, era preguiçoso e pensou que teria ainda muito tempo.

Quando voltou mais tarde ao campo, viu que o trigo tinha seccado e cahiu então em desespero». Questionando eu, explicou a menina ter pensado que o verão tinha sido muito quente, de modo que o trigo seccava muito depressa, e que o agricultor passava muito tempo sem ir ao seu campo.

As creanças das cidades, logicamente não estão muito acostumadas com essas ordens de idéias. A solução era logicamente exacta, mas indicava falta de technica.

Ha, pois, logar a perguntar si o *test* prova realmente o que deve provar, ou si o resultado depende ainda dos outros citados factores, como elocução, phantasia e experiencia. A elocução pode ser provada por meio de *tests*. Sem a capacidade de combinação, não podem os themas ser resolvidos.

Uma menina que me foi apresentada como tendo muita imaginação, deu, entretanto, ao thema: *Relogio parado, desastre, estrada de ferro e alegria*, a solução: «O relogio parado é o coração. O desastre em estrada de ferro é a morte. Alegria tem o demonio quando o homem commette o mal».

Procurou tirar da Biblia uma solução apenas associativa. Muitas vezes a solução resulta do caracter da creança, das suas idéas, do que vê em casa, etc. Por exemplo, do thema: *Brinquedos—lagrimas—alegria*, deu um menino a solução: «Dous meninos ricos brincavam em um logar. Um menino pobre foi repellido. As lagrimas correm lhe dos olhos. Então, um menino de familia rica chegou-se a elle e perguntou-lhe si queria brincar. Respondeu elle que sim. Então, reinou entre os meninos uma grande alegria e as lagrimas cessaram.»

A professora explicou-me que se tratava de uma criança, de muito bom genio. Um outro menino, de 13 annos, deu ao thema: *"Camponez, calor, roubo"*, a solução: «Um camponez trabalhava em hora de muito calor. Pensou: Não ha agora ninguem no campo e com já trabalhei muito, vou retirar trigo de algum outro». «O professor contou-me, que o pae dessa creança tinha semelhante costume.

Verifica-se então que ás crianças de certa edade não falta phantasia, nem mesmo ás vezes alguma experiencia, mas quasi sempre falta a capacidade de combinação, isto é, a de constituir o todo logico e comprehensivel, com elementos isolados.

Para poder ligar valor ás soluções isoladas é indispensavel questionar a creança sobre o caminho seguido na solução, e por isso é necessaria uma prova individual, pois esta permitte reconher logo a solução associativa do thema ou a influencia de outros elementos, como a phantasia, a experiencia, etc.

OBSERVAÇÃO: Em Bello Horizonte, vimos um caso interessante. Apresentou-se ao menino uma gravura, representando um rio pelo qual descia uma canôa, dentro da qual, via-se, além do remador e diversos objectos, um casal. Podia significar uma simples viagem, um abandono da terra, por um motivo qualquer. Seria preciso examinar bem a paizagem, a physionomia dos viajantes, a natureza dos objectos transportados na canôa, etc.

O pirralho a nada disso attendeu. Sorriu com malicia e disse: «Estão fugindo para casa». E' evidente até a influencia do cinema e não a intelligencia do menino.

(*) *Pharus*, 1824, L. Neft.
(*) Virar, voltar, revolver, remexer, por em desordem.

INFORMAÇÕES EXTRANGEIRAS

«Com o objectivo de satisfazermos as diversas consultas que nos teem sido dirigidas pelos professores e inspectores, resolvemos traduzir o programma abaixo, cuja leitura dará por certo uma orientação ao professorado no tocante a differentes topicos do nosso programma de ensino, como provas escriptas, dramatização, etc.»

PROGRAMMA DE CASTELHANO

Elaborado pelo director da Escola Normal «José S. Nuñez», de Santiago—Chile.

I—ESTUDO COMPLETO DO PROGRAMMA

Os professores devem ler e estudar o programma inteiro e não só a parte correspondente ao curso que tenham ao seu cargo.

II—DOUS OBJECTIVOS DO PROGRAMMA

E' este o duplice proposito do programma:

a) a pratica que os alumnos certamente adquirirão, mediante a conversa, dissertação oral e composição escripta;

b) o conhecimento das obras litterarias devidamente escolhidas.

Proporcionar habilidade no maneio da lingua e fomentar o gosto pela leitura que satisfaça a curiosidade de informações ou preencha as horas de lazer de gratas emoções, são, portanto, os dous pontos nucleares do programma.

Deve, pois, ser proscripto como antiquado, o systema de decorar regras de grammatica e de rhetorica, de biographias de varios auctores, resumos de obras, de juizos litterarios,

mesclados de aridos exercicios de analyse syntactica, a não ser que pertençam ao patrimonio verdadeiro da lingua.

III—APRECIAÇÃO ARTISTICA E MORAL

O ensino do Castelhano não seria completo se não houvesse applicação dos elementos mecanicos do idioma: a correcção dos erros de grammatica, a estructura da proposição, a fórma das diversas composições e sobretudo o elemento integrante da apreciação artistica e moral. A aula de Castelhano deve ser egualmente uma aula de arte; e é mister do professor fazer sentir aos alumnos, desde o 1.º ao ultimo anno do curso, a emoção que se desprende de um conto, de uma poesia e até de uma oração. Se o desenho, o canto e a musica enriquecem a alma da creança, com expressões artisticas que lhes são peculiares, o Castelhano tambem concorre poderosamente para essa riqueza, devido á emoção esthetica que nasce das obras litterarias. O idioma patrio deve finalmente contribuir para a obra geral da educação, para formar e dirigir o senso moral, sem o qual, não pode haver civilização possivel.

IV- CASTELHANO FALADO

Falar bem é uma qualidade que o homem deve possuir. A voz e a expressão agradaveis, a correcção da linguagem, a cultura de um extenso vocabulario, o poder da descripção e narração, a persuasão quando se discute, tudo isto é uma força inestimavel que influe na opinião do meio em que se vive. E' dever da escola augmentar essa força e pôl-a ao serviço dos mais altos ideaes sociaes.

V—A CONVERSA

Na parte relativa aos exercicios oraes, procurará o professor consagrar uma parte do tempo á conversação. Omitti-a seria ignorar por completo o seu valor.

Uns poucos minutos dedicados cada dia a uma pequena palestra sobre topicos de interesse para os meninos e cuja finalidade educadora o mestre não poderá perder de vista, darão ao professor a opportunidade de conhecer melhor os seus discipulos no ponto de vista psychologico, terão um valor linguistico apreciavel e alfim serão a causa de uma habilidade de importancia pratica, muita vez necessaria a assumptos e negocios quotidianos.

VI—COMPOSIÇÃO ORAL

O ensino não se reduzirá, como geralmente sóe acontecer, a um complexo de lições decoradas, que de nenhum modo desenvolvem a memoria. O melhor exercicio para o desenvimento desta faculdade é o da composição oral.

Os alumnos dispoem de idéas claras e teem um auditorio effectivo (a classe ou a escola). Basta, portanto, que exponham o resultado de suas investigações individuaes, de visitas, de excursões e de experiencias, ou que proponham soluções a problemas que preoccupam a classe, ou que apreciem os meritos dos differentes modos de proceder de seus condiscipulos.

Taes composições não podem transformar-se em simples exercicio rethorico e artificial, mesmo que representem o idioma em sua funcção natural, como ás vezes se usa no curso da vida social.

Não deverá passar-se uma semana, sem que um dos alumnos faça uma exposição mais ou menos extensa aos collegas (não ao professor sómente); e convem advertir que é funesto para a pratica da linguagem e da conversação oral o excesso de perguntas formuladas pelo professor, que só deixa aos alumnos o ensejo de respostas laconicas e ás vezes, de um monosyllabo. Semelhante interrogatorio ha de se proscrever em absoluto.

Ao contrario do que se pratica em geral, devem obter o predominio, nas aulas de Castelhano, a leitura silenciosa e a composição oral.

VII—EXERCICIOS ESCRIPTOS

O que ficou dito no attinente á composição oral é egualmente applicavel á composição escripta. O programma insiste na importancia da fórma epistolar, além de outras que a composição possa adoptar. Qualquer que seja, porém, a fórma do exercicio escripto, seu valor depende não só de uma situação real, como tambem de um motivo que ponha em jogo toda a actividade creadora do alumno.

VIII—CORRECÇÃO DAS COMPOSIÇÕES

Uma das preoccupações do professor, neste caso, é a de ensinar aos alumnos criticar e apreciar intelligentemente os trabalhos proprios e alheios. A critica do professor, que é imprescindivel, deve ter como supplemento a critica dos companheiros do autor do trabalho. As seguintes indicações servirão de modelo para um plano de critica:

1) Leia a composição.
2) E' interessante? Prove o.
3) O autor manifesta o interesse pelo assumpto?
4) Não transvia do assumpto? Ha idéas inuteis?
5) Ha alguma expressão nova?
6) Mencione palavras bem empregadas.
7) Indique alguma oração ou orações bem construidas.
8) Indique as orações mal construidas.
9) Ajude o companheiro a aperfeiçoal-as.
10) Corrija os erros de grammatica, etc.

Em summa, ajudar aos companheiros é a idéa predominante da correcção das composições.

Será relevante dividir-se a classe em grupos de cinco alumnos, que se incumbirão de corrigir as composições, antes de serem apresentadas ao professor. Cada grupo designará, dentre os companheiros um chefe ou presidente.

IX—VOCABULARIO

Si é conveniente manear a lingua com alguma riqueza de fórmas na construcção das proposições, é de maior importancia a acquisição de um vocabulario que possa occorrer ás necessidades da expressão.

"O maior obstaculo literario e social dos cidadãos é, sem duvida, o vocabulario reduzido e vacillante que possuem. Ademais, cada termo novo aprendido augmenta tanto o poder do pensamento como o de expressão.

Eis porque o professor deve sempre timbrar se no esmero do vocabulario dos alumnos e no emprego de exercicios em que se empreguem o termo exacto e a expressão caracteristica na transmissão das idéas.

X—A LEITURA NO 1.º ANNO

O programma recommenda uma série de exercicios que contribuam a tornar mais rapido e agradavel o ensino da leitura no primeiro anno.

As escolas de varios paizes começam o ensino da leitura não com a analyse phonetica, mas com o emprego de expressões de significação communissima e effectiva, ao alcance dos pequenos: rimas e pequenas estancias que já aprenderam de cór, trechos de cinco ou seis phrases formadas por elles mesmos, a proposito de algum contozinho que dramatizaram.

A isto se accrescenta a leitura accidental de palavras que exprimem os actos mais comuns, como: levantar-se, assentar-se, etc. Durante este tempo, é preciso que os jovens educandos comprehendam o conteudo da leitura, distingam uma linha de outra, e reconheçam cada vocabulo isoladamente, sem analyse phonetica.

Não é occasião para extender-se sobre a variedade dos exercicios que servem para manter o interesse dos petizes; basta dizer que a methodologia se inspira no proposito de tornar alegre e effectivo o ensino, e que a formula mais a miude empregada pelo professor deve ser esta: "Vamos brincar"....

Ao cabo de umas cinco semanas, dedicadas ao trabalho precedente, achar-se-ão os pequenos habilitados para ler as narrações de seu livro, profusa e artisticamente illustrado. Só então depois de alcançado este desenvolvimento dos alumnos é que o mestre poderá introduzir a analyse phonetica.

E' tal a vantagem que advem destes processos, que muitos meninos chegam a ler, durante o anno lectivo, dez a vinte livros conformes á sua capacidade. E' de se esperar, pois, que o ensino da leitura se reforme de modo que se apresente aos educandos, desde as primeiras lições, um conjuncto de expressões que encerrem um pensamento completo, captivem sua attenção e provoquem o desejo de ler mais e mais. Será necessario, para isso, não só um primeiro livro, mas uma série de primeiros livros, além de grandes folhas de papel em que venham escriptas as lições rudimentares para o inicio do ensino da leitura.

XI—GRAMMATICA

A tendencia moderna é de reduzir o ensino da grammatica ao estrictamente indispensavel para a correcção da linguagem e acquisição de um conhecimento superficial da estructura da phrase. Si ainda subsiste no programma um ou outro thema que não se cinja perfeitamedte a essa tendencia, é devido á necessidade de noções grammaticaes do proprio idioma, no estudo de linguas estrangeiras (francez e inglez) já introduzidas no 5.º anno das escolas primerias.

A observação dos erros de linguagem dos alumnos com a perseverante correcção, é um dos elementos praticos do ensino da lingua, o qual não póde ser descurado, sem prejuizo dos educandos. Nos primeiros annos a correcção é pratica, sem mencionar regra alguma; nos ultimos annos, porém, impõe se o motivo dellas.

XII—OBRAS LITERARIAS RECOMMENDADAS

O programma consigna para cada curso certo numero de obras cuja leitura é recommendada. Tal distribuição tem o caracter apenas experimental e não toma as feições de uma norma fixa e indispensavel.

A bibliotheca escolar ainda não se organizou; falta por conseguinte o fundamento experimental que assigna e a cada curso as obras mais apropriadas. Para a formação e classificação das listas dos livros do programma, estribou-se o autor no que occorre em outros paizes e na sua opinião pessoal, illustrada por distinctos professores de castelhano, não deixando, porém, de reconhecer que a experiencia poderá ainda dictar modificações na distribuição estabelecida.

XIII—BIBLIOTHECA

O programma ficará impraticavel em uma de suas partes essenciaes, si a escola não possuir uma bibliotheca.

Como é uma das obrigações primordiaes da escola incutir nos alumnos o gosto pela leitura, deve pôr em suas mãos alguma cousa mais que um syllabario e trechos de leitura: livros que se adaptem á sua experiencia e interesses.

Obras illustradas, com contos, narrações historicas, observações da natureza permittirão que os educandos adquiram o desejo de gosar a belleza literaria, bem como augmentarão sua cultura mediante um esforço independente que vão conquistando durante o curriculo dos estudos.

Acordar nos alumnos o enthusiasmo pela bibliotheca é um dos mais importantes objectivos da educação moderna, e, ainda que pareça exaggero, poder-se-ia diffundil-o nos lares e mesmo nas localidades que desejam e procuram seu bem estar.

Na impossibilidade de que o Governo possa proporcionar uma bibliotheca a cada escola, já que a situação economica do paiz não o permitte, é necessario que a falta do concurso official seja supprida pela iniciativa, pela abnegação e perseverança do pessoal docente e directivo da escola, procurando obter dos paes de familia e das auctoridades locaes, meios de prover a escola com os livros indispensaveis á educação das creanças.

XIV—QUADROS

O programma introduz a observação systematica de quadros artisticos. E' de esperar que o commercio forneça material de primeira ordem, como offerecem os editores europeus e americanos.

Entretanto, incumbe ao professorado empenhar-se por apresentar ás classes as mais bellas illustrações de livros ou revistas ao seu alcance, não só para apurar o gosto artistico, como para motivar exercicios de linguagem: enumeração, descripção, narração, interpretação, etc.

XV—DRAMATIZAÇÃO

O programma recommenda ao professorado a utilidade da dramatização, que corresponde perfeitamente a uma das caracteristicas psychologicas das creanças e ao mesmo tempo tem o merito de encarnar um intenso espirito social.

A dramatização consiste na representação viva, feita pelos alumnos, de uma poesia ou narração, lidas na aula ou fóra della, ou de um conto ou historia, que o professor lhes tenia relatado.

Conservando ainda viva a emoção que receberam, exija o professor das creanças que interpretem como actores o trecho lido ou narrado, sendo até de relevancia que os interpretes sejam escolhidos pelo mestre ou pelos proprios collegas.

A dramatização é um exercicio valioso, pois cultiva a naturalidade de expressão. E' tambem um auxilio para os timidos, que se devem acostumar a interpretar os sentimentos artisticos de outrem. E' preferivel um conto curto e que mais se preste para a dramatização.

Não é este um exercicio activo, só pelo facto de pôr em jogo as faculdades artisticas do actor: a voz, os gestos, o movimento do corpo; mas porque exige esforço das faculdades creadoras.

Com effeito, quando o caso requer, devem os alumnos idear o dialogo e dispôr os scenas. A dramatização se extende desde a reproducção animada de uma simples poesia, até a transformação de uma narração expositiva em peça dramatica.

Para isso, convem que os meninos se compenetrem préviamente da intenção da historia a se dramatizar, e que tenham em vista os principaes personagens que fazem parte della.

Assim, procederão com naturalidade e espontaneidade, usarão linguagem propria e se libertarão pouco a pouco dos auxilios do professor.

Sendo observada esta disposição do programma, o professorado reconhecerá em breve magnificos resultados no tocante á linguagem, maneiras, alegria e sociabilidade dos alumnos.

(*Continua*)

TESTS

POR NELSON ROMERO

Distribuira eu, como prometti, vinte copias do test que ultimamente analysei, a vinte alumnos.

Eis o test:

Foi em março, ao findar das chuvas, quasi á entrada
do outomno, quando a terra, em sêde requeimada,
bebêra longamente as aguas da estação,
que, em bandeira, buscando esmeralda e prata,
á frente dos peões, filhos da rude matta,
Fernão Dias Paes Leme entrou pelo sertão.

(BILAC—Caçador de Esmeraldas)

3 minutos.

Deixe-se o certo; rectifique-se com uma só palavra o errado, e tambem só com uma palavra se responda ás perguntas:

Março é o 3.º mez do anno;
Março tem 31 dias;
Março é mez quente,
Em Março começa a primavera;
Se em Março entra o outomno, termina o inverno;
Outomno é a estação das colheitas;
No Brasil não se sabe praticamente o que é o outomno;
Nós temos sêde requeimada?
De que estação diz o poeta que a terra bebêra longamente as aguas?
A bandeira de que se fala será talvez o symbolo da Patria?
A esmeralda é pedra de que côr?
A prata é metal nobre?

Peões são jogos das creanças e são filhos da rude matta, porque feitos de madeira.

E' a isto que allude o poeta?

Que são os filhos da rude matta, ou filhos do sertão?

Fernão Dias Paes Leme, nome de um corajoso desbravador do sertão.

Agora as respostas, sem referir as phrases que foram deixadas intactas.

Março é mez quente—Dois alumnos accrescentaram—no Brasil.

Em março começa a primavera—na Europa—5 alumnos.

Em março entra o outomno, termina o inverno—(o verão)—9 alumnos.

Nós temos sêde requeimada?—Não—(20 respostas).

De que estação diz o poeta que a terra bebêra longamente as aguas? Do outomno—12 respostas.

Do inverno—8 respostas.

A Bandeira de que se fala, é symbolo da Patria?

E'—7 respostas.

Da «A Escola».

Direcções para o estudo de geographia local

(Ignacia Guimarães)

O novo programma de ensino instituiu o estudo systematico de geographia local.

Excursões e visitas a lugares de utilidade pratica para a educação social e civica do alumno são prescriptas e julgamos opportuno fornecer aos professores algumas instrucções para o desenvolvimento desta parte do programma.

Não será indicado o methodo para estas lições por isso que ao professor cabe determinal-o de accôrdo com as circumstancias presentes. Faz-se apenas suggestão da variedade e originalidade da parte do professor que está mui habituado a usar este meio em seu trabalho.

Deve-se ter em vista que o objectivo destas visitas e excursões é abrir os olhos do professor e dos alumnos para o mundo industrial e physico que o cerca e induzil-o a descobrir nestas cousas tão instructivas os problemas fundamentaes da vida.

Supponhamos que os alumnos do primeiro anno de um grupo escolar de Bello Horizonte fazem uma visita á torre do edificio do Conselho Deliberativo.

Antes de acompanhar a classe, a professora visita a torre e estuda o scenario que de lá se descortina, afim de organizar a serie de topicos que apresentará aos alumnos para guial-os em suas observações.

Quinze minutos antes de partir para a visita, palestra a professora com os alumnos (cinco ou oito), fazendo-lhes algumas perguntas e suggestões, como por exemplo: Gostariam de visitar um lugar de onde pudessem avistar uma grande parte da cidade? Que lugares indicam Vocês? Um delles, naturalmente, indicaria a torre mencionada e esta poderá ser preferida. Pede-lhes então a professora que nomeiem alguns bairros, edificios, estabelecimentos industriaes e accidentes geographicos que se pódem avistar do lugar escolhido. Pergunta-lhes até que distancia calculam elles poderem avistar; si avistarão suas casas ou de alguns conhecidos; se podem calcular a altura da torre e outras perguntas que lhes possam interessar pela visita.

Com essas perguntas preliminares, preparam-se as crianças para melhor observarem por si mesmas, quando lá chegarem.

Chegadas á torre, as crianças vão nomeando o que vêm e começam a localizar este ou aquelle edificio, esta ou aquella cousa. A professora póde ensinar-lhes os pontos cardeaes, dar-lhes idéa de horizonte, noções de accidentes geographicos, aproveitando tudo que possa favorecer o ensino.

No dia seguinte, na escola, discutem-se as experiencias colhidas na excursão.

Faz a professora com que as crianças, uma por uma, discorram sobre a visita, dizendo o que viram em cada uma das quatro direcções: norte, sul, leste e oéste. Para illustrar a lição, a professora porá no soalho um grande pedaço de papel, collocando o alumno no centro do mesmo. A medida que elle vae designando as cousas vistas da torre, ella ou um outro alumno vae assignalando no papel com giz, as mais importantes. Este «mappa» será depois usado no estudo da cidade.

Para exercicio de linguagem, os alumnos podem expôr o que viram em sentenças completas, usando-se estas para exercicio de dictado e depois de copia.

Depois destes exercicios, os alumnos estão preparados para comprehender o mappa da cidade.

METHODO «PROJECTO»

Estas linhas são escriptas afim de tornar conhecido superficialmente o novo methodo que com excellentes resultados, se vem adoptando nas escolas allemãs e americanas—o methodo «projecto» Tem por fim este methodo substituir nos programmas de ensino a multidão de topicos por algumas unidades centraes de estudo. Evita que os professores desperdicem tempo e energia preparando um sem numero de lições, e que os alumnos aprendam factos isolados ou adquiram noções vagas, sem applicação pratica e immediata, das diversas disciplinas constantes dos programmas do ensino.

Uma de suas grandes vantagens é a de ensinar o alumno a estudar por si, a depender o menos possivel do auxilio do professor, no preparo de suas licções.

Uma unidade de estudo, desenvolvida sobre a base de uma idéa constructora, mostra a creança como deve obter informações e como organizar seus conhecimentos logicamente.

A' primeira vista, parece impossivel que, por este methodo, se possam ensinar todas as disciplinas, simultaneamente, tão acostumados estamos aos methodos empiricos do ensino «esparcelado» de todas ellas.

E' necessario a muitos professores observarem a applicação deste methodo, conhecerem de aviso seus resultados, para que possam crer em sua efficacia.

Para escolha das unidades de estudo, deve se observar algumas regras, sendo aqui mencionadas as essenciaes:

1. Deve conter uma idéa central, para a qual convirjam todos os factos.

2. Deve encerrar um principio do desenvolvimento do processo de aprendizagem.

3. Deve ser concreta: representada por um objecto, pessoa, ou processo, como, por exemplo, «Saneamento do Rio de Janeiro», «José Bonifacio», «A Cultura do café no Brasil», etc.

4. A idéa, a medida que se desenvolve, deve ir grupando, ao redor de si, conhecimentos que se vão assimilando em sua propria estructura.

Póde ser comparada á planta que, crescendo, assimila em seus proprios tecidos as materias de que necessita para desenvolver-se.

5. Deve ser tão viva e tão pratica que sirva de chave de interpretação para um grande numero de emprehendimentos mais ou menos luentucos.

Tomando-se, por exemplo, o topico «Saneamento do Rio de Janeiro», deve este ser desenvolvido com tal minuciosidade, que o aluno fique perfeitamente habilitado a fazer o estudo do saneamento de Recife, de Vienna, da Zona do Canal de Panamá, etc.

Não é necessario dizer que o estudo de topicos com este serve de base para o desenvolvimento de licções, taes como, de historia (fundação, principaes factos historicos que no Rio se desenrolaram); de geographia physica, politica, social, commercial, industrial; de leitura, de arithmetica, de hygiene, de sciencias physicas e naturaes, de escripta, de desenho, etc.

6. Seu principal objectivo deve ser desenvolver o habito de coordenar idéas, de pesquizar, de observar, de analysar, comparar, julgar, obter informações, emfim, exercitar o habito de estudar e aprender sem auxilio de outrem.

7. E' necessario que o professor conheça bem todas as disciplinas do programma para que possa organizar os planos de estudo e que tenha absoluta confiança no resultado do emprego deste methodo, antes de adoptal-o definitivamente.

8. Toda a unicade de estudo deve constar de dois passos: primeiro — ado desenvolvimento, em que se manifesta concreamente, como, por exemplo, si escolhessemos o topico «O algodão», teriamos que estudar a cultura do algodão em Minas, em todos os seus detalhes. Seria o primeiro passo. Estudariamos, em seguida, a cultura da mesma planta nos demais centros, escolhendo-se de preferencia os de grande producção, pelo processo de comparação, o que constituiria o segundo passo.

Não é possivel que o methodo projecto se torne conhecido por meio desta ligeira exposição. Contamos apenas despertar a curiosidade e chamar a attenção dos professores amantes do progresso do ensino para esta novidade, afim de que, em melhores fontes, possam obter mais seguras e satisfactorias informações.

Linguagem e Civismo Correlacionados

(Traducção e Adaptação)

O professor prepara quadros em que se encontrem as seguintes perguntas:

1. Sou bom cidadão brasileiro ?
2. Conheço a historia de meu paiz ?
3. Obedeço ás leis de minha patria ?
4. Honro o respeito a bandeira brasileira ?
5. Sou honesto, verdadeiro e corajoso ?
6. Respeito meus paes ?
7. Obedeço de bom grado e promptamente em casa e na escola ?
8. Sou attencioso e amavel para com as pessoas edosas, carinhoso para com as criancinhas e bondoso para com os animaes inoffensivos ?
9. Sou delicado e serviçal para com toda a gente ?
10. Estou sempre disposto a partilhar meus prazeres ?
11. Sou asseado ?
12. Sou sadio ?
13. Tenho boa apparencia ?
14. Emprego bem meu tempo ?
15. Sou economico e cuidadoso ?
16. Economiso parte de meu dinheiro ?
17. Lembro-me sempre de que Deus está em toda parte e tudo vê ?

Collocados os cartões em logar bem visivel na sala de aula, o professor iniciará a licção de lingua patria pedindo aos alumnos que componham pequenas historias que se relacionem com as perguntas que se encontram nos mesmos, devendo cada alumno escolher as que mais lhe agradem. Chamado um alumno, este dirá, por exemplo:

«Estava a brincar no jardim de minha casa. Minha mãe chamou-me. Gostaria de continuar a brincar, porém desejo obedecer a meus paes. Fui, com rosto prazenteiro, para casa, e perguntei-lhe delicadamente: «A senhora chamou-me ?»

A classe é convidada a indicar qual a pergunta tomada para assumpto ou thema desta historieta.

Feita a pergunta a todos os alumnos, um delles será chamado para dizer que a de n.º 6 ou 7.

Illustrações:

17. José foi beber agua. Deixou um nickel sobre sua carteira. Seu collega tirou-o e pol o no bolso, sem que ninguem percebesse. Ao voltar, José não encontrando o nickel põe-se a chorar. Seu collega não se incommoda porque sabe que ninguem lhe pode accusar a falta».

8. «Meu avô é muito idoso. Para andar tem de apoiar-se a uma bengala. Hontem elle passeava pelo jardim e a bengala caiu-lhe da mão. Meu irmão correu para apanhal-a. Vovô ficou muito contente e disse: «Muito obrigado, meu querido».

2. «A professora disse que iamos aprender um hymno a Tiradentes.

Maria perguntou: «Quem é Tiradentes ?»

14. «Rogerio tinha problemas muito difficies para resolver. Sentou-se á carteira e pensou que seria muito mais divertido fazer algumas caricaturas. Tomou lapis e papel, ia iniciar o desenho quando uma voz interior lhe disse: «Seria melhor que fizesses primeiro teu trabalho». Elle tomou os problemas e resolveu-os todos».

3. «Carlos está aprendendo a guiar automovel. Foi á cidade passando pela rua da Bahia a toda a velocidade. O inspector de vehiculos fel-o parar e pediu-lhe a carteira. Carlos confessou que não a possue ainda. Foi levado á delegacia e teve de pagar multa».

O alumno chamado para dizer a que pergunta se applica a historieta, deve explicar porque assim pensa.

O professor, usando este processo, consegue exercitar a imaginação dos alumnos e desenvolver nelles os bons sentimentos, ensinando-lhes tambem a exprimir com clareza e correcção seus pensamentos.

ESTUDO DO JAPÃO

USANDO O METHODO "PROJECTO"

—

(Adaptação de uma lição publicada em "Primary Education")

A professora annuncia que a classe vae iniciar o estudo de um paiz muito interessante, cujo povo, intelligente e operoso, pertence a raça differente, tem costumes originaes, e tem feito grande progresso nestes ultimos annos.

Depois de excitar a curiosidade infantil, ella mostra á classe uma gravura, photographia ou um objecto japonez, e pede que alguem identifique.

Está, por esse meio, despertado o interesse dos alumnos, promptos para trabalhar.

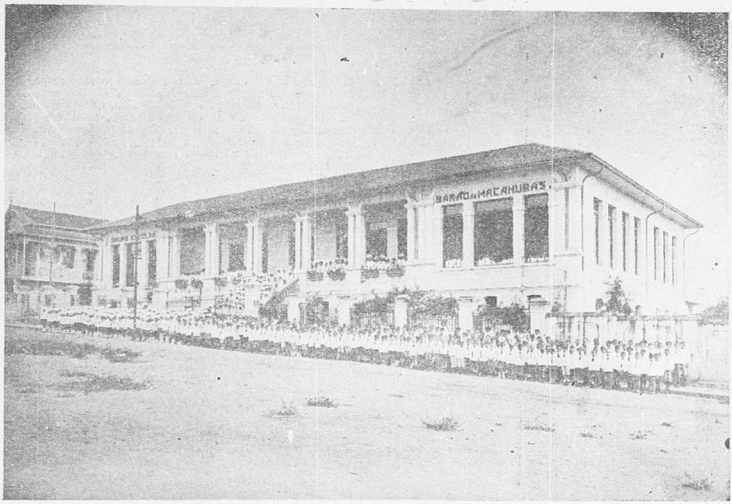
Sabendo a classe que o paiz a ser estudado é o Japão, a professora pedirá que cada alumno faça o possivel por trazer á escola alguma cousa que represente esse paiz: photographias, gravuras, quaesquer objectos feitos no Japão, taes como, porcellana, ventarolas, lanternas, caixas, cortinas, etc.

Dentro de poucos dias, haverá na escola uma variadissima collecção de objectos japonezes, incumbindo-se ao alumno de organizal-os, classifical-os, mais ou menos como na gravura n. 1.

Emquanto isso, o paiz vae sendo estudado minuciosamente: nas aulas de leitura, trechos de jornaes, de revistas, de livros, que se refiram ao Japão, são lidos; nas de arithmetica, problemas que se relacionem com a geographia economica, industrial e physica, são resolvidos; nas aulas de linguapatria, as composições versarão sobre o paiz, sobre a vida, usos e costumes dos japonezes; nas aulas de educação physica, os alumnos aprendem bailados japonezes, tendo já, nas aulas de trabalhos manuaes, confeccionado os costumes, como na gravura numero 2, depois de terem feito o desenho dos mesmos na aula de desenho.

Na ultima semana de estudo deste paiz, haverá na escola uma festa japoneza que constará de dramatização, gravuras n. 3-4-5, bailados e exposição dos trabalhos feitos com relação ao estudo, e dos objectos collecionados.

A's pessoas que comparecerem, os alumnos fornecerão chá, á japoneza, recebendo offertas para cobrir as despesas ou para a caixa escolar.



GRUPO «BARÃO DE MACAHUBAS». (Bairro da Floresta.)

VISITA A UMA CASA EM CONSTRUCÇÃO

Procure-se uma casa cuja construcção se acaba de iniciar. Todo o processo da construcção póde ser observado facilmente. As crianças apreciam immensamente observar o material de construcção, discutir sobre a origem e preparo do mesmo, examinar os instrumentos e acompanhar o trabalho dos operarios.

A primeira visita póde ser feita quando se fazem os alicerces do predio. Deve-se levar a criança a notar a profundidade, a espessura e divisão das paredes. Em classe, faz-se a descripção do material, dos instrumentos e do trabalho observado. Um desenho é feito no quadro para illustrar a planta da casa visitada.

Resolvem-se problemas sobre a construcção, applicando dados pedidos pelos alumnos, por occasião da visita. Discute-se sobre o material empregado na construcção, no mappa localizam-se os lugares de onde proveem o material e os instrumentos usados na construcção.

A segunda visita deve ser feita quando o predio está sendo coberto. Faz-se então apreciação ou critica sob o ponto hygienico e esthetico. Observam-se o madeiramento, installações que já se encontrem, etc. Faz-se que seja notada a dependencia de uns operarios para com os outros.

A terceira visita deve ser feita quando o predio estiver sendo pintado.

A ultima quando estiver terminado.

O material, os instrumentos, a habilidade dos operarios empregados na construcção, devem ser objectos de estudo e discussões bem orientadas em classe.

Horas de trabalho, salario, especialidade de cada operario, dependencia de uns operarios de outros, sua importancia em nosso conforto e bem estar, devem ser conhecidos dos alumnos ao fim deste estudo.

São cousas de importancia na vida de todo individuo e de interesse publico de todo o mundo civilizado.

Da construcção de uma casa, póde-se partir para o estudo de varios ramos da industria e de diversas occupações dos habitantes de uma localidade.

Toda visita deve ser illustrada em classe com desenhos, mappas, etc.; deve servir de assumpto para descripções e palestras, objectos para problemas em arithmetica e geometria, topicos para as aulas de geographia e de historia, de hygiene e de estudo de sciencias naturaes, de moral e de civica.

PAGINAS HISTORICAS

GONZAGA

Seu papel na Inconfidencia

(POR LUCIO JOSÉ DOS SANTOS)

(*Continuação*)

A 3 de Fevereiro, continuou o interrogatorio servindo de escrivão, na ausencia do Desembargador Marcellino Cleto Nunes, Manoel da Costa Couto, cuja linguagem reproduzimos fielmente.

Fizeram sentir a Gonzaga que já sabiam de todos os planos da conjuração, não só pelos seus inimigos como tambem pelos seus amigos: –Respondeu que, então, falaram á verdade, «eque quando as razoens porque assim o affirmaõ ele Reo Respondente produzirá a sua defeza mostrando o sentido e a facilidade deLas»

Narraram-lhe que as affirmações de ser elle sabedor de tudo provinham de Claudio Manoel, Alvarenga e Conego Luiz Vieira: – Respondeu que, a serem estes entrados na conjuração, podiam ter dito aos outros que elle, respondente, tambem, o fizera, seja para lhes animar as esperanças, seja para que não fallassem a elle Gonzaga, suppondo que já soubesse. E' falso que tenha entrado na conjuração. Diz que já havia arranjado, com o contractador João Rodrigues de Macedo, o dinheiro necessario para a viagem; que não fez vestido lucio pela morte do serenissimo Infante, porque esse vestido não ia servir na Bahia; que havia combinado com Alvarenga ir hospedar-se com elle, na viagem.

Diz que foi sempre «zeloso e fiel Vasallo».

Diz que a sua conversa com o Intendente, a que já se referiu nas respostas anteriores, foi feita em presença de Alvarenga, o que naõ faria si fosse socio detal conjuração; e protesta pela attestação do dito Intendente, pois está no mais rigoroso segredo, mas precisa defender-se, e Sua Magestade não hade querer castigar innocentes por falta de natural defesa.

Sempre insistiu com o General pelo perdio da derrama. Insiste pela attestação do Intendente e do General, e diz «que a falta lhenão sirva de prejuizo antes se julgue provada esta defeza por não ser de acreditar que um Reo peça documentos falços ahum Excellentissimo General eahum Ministro, que vindo contrarios lhe serviriam de maior damno asua defeza».

Objectaram lhe os juizes que isso eram indicios e não provas a seu favor; que podia ter deixado de fazer o vestido por economia; que o respondente só tratou de apressar o seu casamento quando se viu perdido, «etalvez quando já havia receio de ter respirado e ter sido sabido o projecto»:

Respondeu que esses indicios devem ser validos para a sua defeza, até prova em contrario. Só demorou o casamento á espera de licença; não vindo a licença de sua Magestade solicitou-a, em Abril, do General, e tendo-a obtido, já tratava de se retirar. Si seu desejo de viajar fosse só porque viu a cousa perdida, não haveria de pedir que se não fizesse a derrama, antes desejaria que ella se fizesse, pois seria esse o interesse da conjuração.

Diz que na sua casa estavam hospedados Alvarenga e Padre Carlos; Claudio era sempre frequente ali. Poderia, entretanto, o respondente não ter ouvido as conversas destes, pois estava occupado em bordar um vestido para o seu casamento, e não se levantava desse serviço senão para a mesa. Precisava que lhe dissessem dias e horas, e quaes as pessoas com quem conversou, «para poder produzir asua negativa quastada». (*)

Retrucaram lhe que, conforme o depoimento do Conego Luiz, o respondente, em certo dia, em sua casa, dissera que a occasião para a sublevação se tinha perdido, por ter sido suspensa a derrama, e isso em presença do dito Conego Luiz Vieira e de Alvarenga; e mais que, em casa de Claudio, jantando ali Alvarenga, Luiz Vieira e o reo respondente, fallaram ainda naquella materia; alem disso, em casa do respondente, em presença de Claudio, Pe. Carlos e Alvarenga voltaram a tratar do assumpto, como tambem em casa do Te. Cel. Francisco de Paula, estando presentes, o respondente, Alvares Maciel, Alvarenga, Pe. Carlos, Pe Rollim e o Alferes Joaquim José: — Respondeu que sem duvida, alguma ver, podiam fallar «emsepoderem Levantar os Povos do Brazil oque elle Respondete poderia dizer quesecperdera humaboa ocaziaõ ensenaõ por a derrama mas que esta pratica de quenem deCerto seLembra naõ podia sersena ō hapoxeu depotencia enaõ deacto (x) Si quizesse a derrama naõ iria fallar ao Intendente e ao General.

Diz que foi algumas vezes á casa do Te. Cel. Francisco de Paula, «eque he verdade concorrera huma noite com as pessoas deeLaradas eque lheparece estavaõ tambem o Capitaõ Maximiliano de OLiveira Leyte, eo Doutor Francisco Paes eoutros poremquenesa oCaziaõ entrou nadita casa pouco mais oumenos junto ás trindades tomou xá e retirouse semque sefaLace em materia de Levante nem porhipoteci. Que hé verdade que seencontrou nadita casa com o Alferes Joaquim Jozé da Silva Com o Coronel Alvarenga e Lheparece tambem estava oVigario daVilla deSaõ Jozé Sómente mas que nestaocaziaõ Conversaraõ emhumanidades eLheLembra muito bem por repetir o Coronel Alvarenga humas oitavas feitas ao batizado de hum filho do Excellentissimo Senhor Dom Rodrigo eporseexaminarem alguns Livros dodito Tenente Coronel entre osquaes seachava hum, que Contava aosapateiro Bandarra entre osprimeiros Poetas Portuguezes Converça que parece excLuie toda aprezumçaõ desetratar dadeLicada materia dehuma sedição.

Nesse ponto do interrogatorio, foram introduzidos o Conego Luiz Vieira, o Pe. Carlos Correa e Alvarenga para serem acareados com Thomaz Gonzaga. O Conego Luiz Vieira sustentou o que dissera. Gonzaga respondeu que não negava aquelle dito, mas que dissesse ou fizesse cousa, em que mostrasse animo de semelhante intento de sedição.

Perguntaram então ao Conego Luiz Vieira para que dissesse o que tinha colligido das palavras de Gonzaga.

Respondeu o Conego que nada podia affirmar da culpa do reu respondente, porque aquillo naõ passava de palavras. O Pe. Carlos, por sua vez, concordou em que dissera a algumas pessoas que Gonzaga fazia parte ;da conjuração, isso por idéa sua e para attrahir mais pessoas; mas, de facto, não sabia si o réu tinha ou não entrado; é certo que, em casa do reu respondente, em conversação geral, fallou-se nas vantagens da America, mas essas conversas não chegaram a offender a Sua Magestade, porque neellas não se tomou projecto algum; nada mais sabe sobre o reu, porque, em casa de Paula Freire, «huma unica ves otopou no tope daescada sahindo ele Vigario eentrando ele Reo Respondente peloque naõ sabe queaestice aConvcrsação alguma».

Alvarenga confirmou o que já havia dito, isto é, que na conversação em casa do Te. Cel. Paula Freire, estivera tambem presente Gonzaga, «eque porestar nestainteLigencia assimodisse masque senão anima aafirmalo Como couza sem duvida alguma porque poderia equivocarse mas, quecomo este facto foipasado entre algumas seis pessoas pelo dito dos mais sepoderá desfazer aduvida.»

«O Respondente insistio sempre noque tinha dito deque perante ele nunca se tratara Couza deLiberativa de Levante».

Gonzaga, pois, nega firmemente ter entrado para a conjuração, e as suas razões resumem-se nas seguintes, faceis de se deduzir do seu depoimento, porque elle falla sempre por artigos.

1.º — Foi denunciado por vingança de Britto Malheiro seu inimigo.

2.º — E' portuguez; tem bens em Portugal·

(*) A redacção de Manoel da Costa Couto, escrivão, é pessima.

(x) Hypothese de potencia e não de acto.

3.º — Estava despachado Desembargador para a Bahia, não sendo de presumir-se que trocasse cousa certa e util por outra incerta e perigosa.

4.º — Estava justo para casar-se e não iria metter-se em guerra civil.

5.º Sendo portuguez, não era natural que o convidassem para a rebellião contra Portugal.

6.º Tinha insistido pela licença do seu casamento e já estava arranjando a viagem. Demais, estando contractado esse casamento, havia já dous annos, não podia ser um pretexto.

7.º Vindo a ordem da derrama, fez ver ao Intendente de Villa Rica o perigo de uma revolta, porque o tributo era grande.

Um conjurado tal não faria

8.º Sempre representou ao General Visconde de Barbacena sobre o estado da Capitania, e que não se podendo cobrar as dividas, por serem enormes, dever-se-ia pedir o perdão á Rainha Ora, o interesse da conjuração seria augmentar o vexame do povo e forçar os acontecimentos.

9.º Poderia ter conversado com Claudio, Alvarenga, Conego Luiz e Pe. Carlos sobre os assumptos a que se referem, mas eram conversas hypotheticas e nada determinadas. Quando Alvarenga lhe fallou na derrama, respondeu a elle que ia empenhar-se para que tal cousa não fosse feita.

10. Não sabia quaes os socios da conjuração e aquelles que elle ouvia, não acreditava que o fossem, pois essas cousas se fazem de outra fórma. Ao demais, reputava-os bons e leaes vassallos.

11. Não nega que tivesse ido á casa de Paula Freire, e enumera as pessoas que lá encontrou; contesta, porém, que ali tivesse tratado de levante algum, tendo havido apenas conversas litterarias.

12. Conclue dizendo ter a certeza moral de que elles, os denominados conjurados, não commetteriam aquelle attentado.

Alguns alimentavam até idéas contrarias; assim, o Te. Cel. Paula Freire pretendia seguir para Portugal, sendo companheiro de viagem do respondente, até a Bahia. O coronel Alvarenga estava á espera de que o General Visconde de Barbacena lhe desse um destacamento para o Rio Verde.

Não reputava crime as conversas de simples entretenimento.

E' uma defesa bastante habil e singularmente firme. Por vezes o interrogatorio assumiu o tom de um debate entre os Juizes e o accusado. Chegaram os Juizes a reconhecer indicios em favor do accusado, respondendo este, com a maxima razão, que si eram indicios em favor de sua innocencia, deviam prevalecer até que se exhibissem provas em contrario, provas essas cuja producção estava em mãos dos Juizes. Mas, em vão appellou para elles e para o Visconde de Barbacena; não teve resposta.

Na sua oppressão, Dirceu solta um grito de angustia clamando que o rigoroso segredo em que se acha, impede lhe de obter os meios de se defender, e que Sua Magestade não ha, de querer castigar innocentes, vedando-lhes a natural defesa.

Inutil tentativa essa de fazer chegar ao throno da monarchia absoluta, a voz dos opprimidos.

Essa voz perdeu-se ao atravessar o complicado e defeituoso apparelho da Justiça colonial!

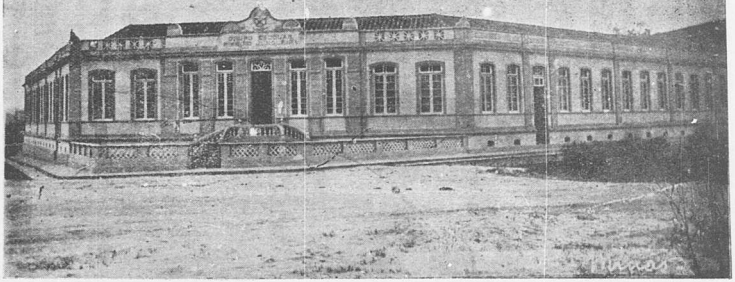
Gonzaga foi generoso com os seus amigos; não os accusou, não os denunciou. Quando lhe foi affirmado que os seus accusadores eram exactamente esses amigos, teve para elles uma desculpa commovente: Talvez dissessem aos outros que elle, Gonzaga, tambem fazia parte da conspiração, para que não o fossem convidar e comprometter, convencidos de que elle de tudo sabia. Solemne e tragica devia ser a scena da acareação de Gonzaga com o Pe. Carlos Corrêa, o Conego Luiz Vieira e o Coronel Ignacio Alvarenga.

Tem-se a impressão de que os tres amigos de Gonzaga se sentiram perturbados na presença delle. O Padre Carlos confessou a sua culpa em dar o seu amigo como iniciado na conjuração, quando tal cousa não era exacta.

O Conego Luiz Vieira sustentou o que havia dito no seu depoimento. Gonzaga concordou com o seu companheiro de infortunio, contestando apenas a significação que agora se dava ás suas palavras, e o Conego confirmou aquelle modo de ver.

Alvarenga quiz reaffirmar a presença de Gonzaga na reunião em casa do Coronel Francisco de Paula, mas logo titubeou, a legando que não o affirmava como cousa certa, e que podia ter-se equivocado.

Assim pois, Gonzaga dominou a situação e pareceu sahir triumphante daquella tremenda provação, em que fôra posto em face dos seus amigos e commensaes, agora seus accusadores.



GRUPO ESCOLAR DE LEOPOLDINA

CORPO DOCENTE DO GRUPO ESCOLAR DE LEOPOLDINA

VARIEDADES

ANALYSES

Uma apreciação sobre certos incentivos usados nas escolas, por ELIZABETH B. HURLOCK, da University (*in* The Journal of Educational Psychology, v. xvi, n. 3, março de 1925).

A auctora submetteu ao estudo experimental a influencia que podem ter certos incentivos usados nas escolas, como elogios e reprehensões, sobre o aproveitamento dos alumnos. As experiencias foram realizadas na escola publica de Harrisburg, e abrangeram 100 alumnos, dos quaes 60 meninas e 46 meninos. O determinismo experimental é minuciosamente relatado. O grau de aproveitamento dos alumnos foi verificado por *tests* convenientemente escolhidos. Os alumnos foram divididos em quatro grupos; grupo I (*elogiado*), grupo II (*reprehendido*), grupo III (*Ignorado*) e grupo IV (*test-munho*). Estes grupos, no inicio dos trabalhos, eram perfeitamente homogeneos, quanto á edade, numero de meninos e meninas de cada um e capacidade de aproveitamento avaliada por um *test* preliminar. O grupo IV, depois de feito o *test* preliminar, foi separado dos outros tres, e recebeu os outros *tests*, em uma sala isolada; nenhum commentario sobre os seus trabalhos. Os outros tres grupos receberam, em conjuncto, os *tests* seguintes, mas em condições diversas. O grupo I era elogiado pela excellencia de seus trabalhos realizados no dia anterior, e estimulados para alcançarem ainda mais. Os membros do grupo II eram severamente reprehendidos pelo seu mau trabalho da vespera, pelos erros commettidos e pela sua manifesta inferioridade. Os membros do Grupo III ouviam os elogios e reprehensões feitos aos dois grupos, e permaneciam na sala como si fossem estranhos á classe.

Destas experiencias, a auctora concluiu que o elogio é incontestavelmente o mais efficaz dos tres estimulos investigados. A reprehensão, no começo, parece ser tão efficiente quanto o elogio; sua efficacia, porém, rapidamente declina com o seu uso continuado. E' de resultados funestos, sob o ponto de vista pedagogico, deixar desconhecidos em uma aula alguns alumnos, quando outros recebem qualquer incentivo, e este effeito nocivo cresce com o tempo durante o qual os escolares permanecem ignorados.

(M. O. C.)

O CINEMATOGRAPHO RURAL

Entre os numerosos motivos que contribuem para a despovoação do campo, ha um delles, que se considera muita vez secundario, e que é entretanto de capital importancia: é a inopia de diversões nos povoados. Impossibilitados de conhecer a cidade, não podiam os camponezes, por falta de communicação, chegar até os povoados proximos, onde encontrariam algum divertimento. Por felicidade, estão mudados os tempos e qualquer arraial de tres mil habitantes, ou menos, já possue seu cinema; além disso, facilitam-se os meios de communicação, encontrando o campesino facilidade de se transportar do povoado á cidade, onde acha muitas occasiões de descanso e distracção. Vae ao cinema, ao theatro. Deparam-se-lhe amigos bem intencionados que lhe descrevem as maravilhas da vida urbana, e lhe servem de *ciceroni*.

De volta á casa, sente nostalgia da cidade, ficando tão impressionado com o prurido de bellezas, que sonha constantemente com os prazeres que fruiu. Engodado com tanta delicia, espera, sem paciencia, a primeira opportunidade, para retornar ao seio das magias.

Não seria melhor organizar distracções no povoado?

E' o que se já vem pensando nos circulos officiaes. (Dec. de 17 de dezembro de 1923, creando o cinematographo agricola). Entre os meios que se envidam para favorecer a estabilidade dos camponezes, tem já um logar determinado, a organização de divertimentos.

Na dicção de M. Gotteland, é necessaria a instituição de cinemas, telegraphia sem fio, radio-telephonia, sociedades desportivas e musicaes, nos povoados, nas colonias, em toda a vida social.

Trata-se de estudar a realização pratica de taes projectos, sendo a do cinema a mais facil.

Com effeito, o theatro não tem vida no campo, não desconhecendo os promotores de festivaes dramaticos, as difficuldades insuperaveis para ensaios, ornatos e vestuario. As corporações musicaes não estão mais em plena pujança e os poucos concertos que mal se effectuam ao ar livre, não têm o cunho de sufficiente diversão.

O grande recurso está no cinema: tem a conveniencia de se aprestar sem difficuldade, bastando apenas o operador. O enthusiasmo pela «arte muda» será geral, e podemos affirmar que o publico das aldêas encontrará no cimema rural, as mesmas distracções que nas cidades.

Qual é o meio mais viavel de organizar-se o cinematographo rural?

Simplicissimo: apparelho, operador e pelliculas.

Uma solução que, á primeira vista, parece facil é o cinema ambulante; não é, entrementes, apropriado e conveniente.

De 7 ou 8 povoados, um só terá o privilegio; e por outro ado, a mantença do cinema ambulante é assaz dispendiosa.

O que se nos afigura melhor é a doação ao povoado de um cinema municipal.

«El Ministerio de Instrucción Pública» opina que o cinema rural deve ter o duplice objectivo de instruir as creanças e educar e divertir a todos os habitantes.

O professor, para maior accommodação, ficará á frente de tudo, sendo, se possivel, o operador, com uma gratificação supplementar equitativa, até que se substitua por um dos alumnos intelligentes que se adestre no funccionamento do apparelho. A obtenção dos cinematographos escolares se fará por meio de subvenções da Municipalidade e do Estado, por subscripções, concertos, kermesses e donativos das pessoas generosas que se interessem pelo progresso e diffusão do ensino.

O obstaculo maior é o aluguel dos «films», o qual, segundo a tarifa commercial, é actualmente muito custoso. Obviar-se-á, no emtanto, a esta difficuldade, procurando o Estado obter das casas cinematographicas, uma tarifa especial, mais reduzida. Estas casas conservam em grande quantidade, «films» dos annos anteriores, já usados, podendo alugal-os por preços modicos. Alugadas as pelliculas para um povoado, uma vez servidas, passarão para outro e assim seguidamente, voltando depois ao deposito, depois que circularam por uns cincoenta povoados. Tal processo é bastante economico.

Antes de tudo, os «films» devem distrahir o publico, educando-o.

Um programma para uma sessão cinematographica no campo, poderia assim constituir-se: 1.º, «film» comico; 2.º, uma fita sobre agricultura, geographia ou sciencia; 3.º, um drama (varias partes); 4.º, um «film» sobre hygiene, moral, etc.; 5.º, «film» comico.

Com a realização deste ideal, os camponios não se abalançarão de sua terra e trabalharão com mais gosto e prazer.

Entre as medidas que o governo tomar, figurará a do cinema rural em logar de destaque, por ser grande a influencia e facil a realização.

(Da Revista «El Monitor de la Educación Comun», de Buenos Ayres).

BIBLIOTHECAS POPULARES

Telegramma do Mexico annuncia que o governo daquelle paiz vae empregar quinze milhões de «pesos» na installação de bibliothecas destinadas aos operarios e do ensino primario das populações do interior do paiz.

Está bem orientado o governo que assim procede: faz obra de benemerencia e de previdencia social.

Um dos graves problemas que decorrem da alphabetização das massas proletarias é esse da sua instrucção post-escolar.

Deixando os bancos do Grupo aos 14 annos, aos 12 e ás vezes menos, é bem possivel que os meninos nada mais encontrem para ler que lhes provoque e estimule a curiosidade, e os superficiaes, dogmaticos e encyclopedicos conhecimentos que adquiriram, vão-se esbatendo, embaralhando-se, perdendo-se completamente ante as solicitações fortes da vida — quer de trabalho quer de ociosidade.

A solução está, a meu ver, na divulgação das bibliothecas populares, esparsas por todas as cidades, ao alcance de todos, de facil accesso, convidativas, mesmo, por sua disposição, commodidades que offereçam a empregados intelligentes que dellas sirvam.

Afinal, os pobres, tambem elles têm as suas horas de ocio, que procuram preencher de modo a bocejar o menor numero possivel de vezes.

Não podem ir ao theatro; ou não existe no logar ou a entrada é de preço exaggerado.

O cinema diario representa uma despesa que o minguado salario não póde supportar.

Então apparecem os botequins e as tavernas como unico refugio.

Depois de perambular á tôa, de palestrar pelas esquinas, vae o operario á venda para «molhar a guela» e descançar as pernas.

Alli passa algumas horas, muito mais do que era necessario, e volta á casa para dormir, apenas

Com as bibliothecas populares, porém, a solução do preenchimento das horas de ocio estaria encontrada ainda mais si emprestassem livros para a leitura a domicilio.

Era uma obra em pról das familias pobres e da regeneração de certos lares meio abandonados.

A principio, talvez o povo desertasse as salas de leitura, mas pouco a pouco os cartazes de propaganda, os reclames dos bons livros, o ambiente favoravel, a boa illuminação, as cadeiras commodas, iriam attrahindo os homens, arrancando-os ás tavernas.

Na America do Norte, segundo o testemunho de Omer Baise, faz parte do programma primario, invariavelmente, o seguinte: «Ensinar ás creanças o uso da Bibliotheca».

Cada grao de estudo tem a sua bibliotheca propria—a de referencia, e outra de emprestimo de livros a domicilio.

Tambem naquelle paiz a leitura está vastamente espalhada. Ha salas de leitura por toda a parte. Nenhum tempo é perdido: nos 10 minutos de espera de um trem, na estação, póde-se ler alguma cousa, pois haverá sempre por alli uma bibliotheca.

Os proprios mendigos, que nem pouso certo, nem almoço têm, nem elles estão privados da leitura sadia e reconfortante, que tornou aquelle povo digno de inveja no mundo inteiro.

E' difficil, necessariamente, o custeio de boas bibliothecas, tanto mais que ellas não devem ser apenas, na linguagem de Posadas, um museu de livros antigos, mas, ao lado destes, deverá possuir todas as boas producções modernas que forem apparecendo, conforme o meio social a que se destinarem.

E mais: os periodicos, as revistas litterarias e scientificas, de conhecimentos uteis; obras de divulgação de noções de hygiene, de chorographia do Brasil e da nossa historia.

Sae hoje da escola um menino e não quer reler os seus livrinhos tantas vezes recordados, interpretados, resumidos.

E como nada mais encontra, serve-se de almanacks, de pamphletos incendiarios e até mesmo de publicações immoraes, sorrateiramente passadas de mão em mão, com as quaes se vae deformando o caracter nacional.

Si «a leitura completa o homem», é necessario que essa leitura seja boa, nacionalista no bom sentido do termo, facil, accessivel a todos, edificante, tendo um ideal, instruindo o espirito e formando o coração dos leitores.

Porque, francamente, para ler almanacks ou as *Simplicidades de Bertholdinho* e a *Despedida de João Brandão*, não valia a pena esse esforço de quatro annos de ensino primario, ás vezes tão multiplicados como os pães das Escripturas.

ALCEU DE SOUZA NOVAES.

Do canto nas escolas

(POR JOSE' EUTROPIO)

(*Continuação*)

SEMENTE QUE SE PLANTA E MAIS TARDE GERMINA E FRUCTIFICA

a alma infantil se depositam de modo duradouro as impressões colhidas na sua tenra edade. Mais tarde, quando adulto, a criança de hoje erguerá, por um estudo mais sérioe uma pratica consciente, sobre a estratificação que n'alma lhe ficou da infancia, o edificio dos conhecimentos mais completos.

Se alguma criança houver que tenha a vocação para a musica, esta aprendizagem mais efficazmente contribuirá para consolidar esse pendor, e exercerá assim um papel decisivo no seu futuro. uantas bellas vocações ha por ahi que por falta destes primeiros estimulos—alli's de grande importancia fenecem, desapparecem sem serem, siquer, suspeitadas?

O canto escolar não é um curso de musica mas é poderoso elemento de cultura e progresso, que o professor deve guiar com consciencia e sériamente.

CANTA-SE POUCO NO BRASIL

Entre os povos cultos do mundo somos nós, brasileiros, o que cultive o canto. E isto se deve em grande parte, si não exclusivamente, á pouca importancia que ao canto desde cedo, nos lares e nas escolas, se dá. Manifestação natural de alegria, na criança o cantar é uma modalidade natural do movimento, da irrequietude propria da pouca edade. Ao mestre compete aproveitar esta tendencia e dar-lhe uma direcção fructifera.

O CANTO RECREIA, EDUCA E AMENIZA A VIDA

O canto deve divertir, recrear e educar. Incorporado aos bons habitos da criança, continúa o amor á musica, e principalmente do canto, como tal, pela edade adulta.

E só assim póde-se realizar o bello ideal que já outrora, ha millennios, tiveram os gregos, dos quaes diz Faria de Vasconcellos que viam neste ensino um meio de «munir a criança para toda a vida, de um viatico precioso de sabedoria e de alegria» (1) sem contar que o canto em commum, continúa o mesmo auctor citando Gautier, é um seguro instrumento de solidariedade».

SAIBA O PROFESSOR ENSINAR

Para facilitar o ensino do canto nas escolas devem os professores attender a certas regras e principios cuja observancia torna mais suave o seu trabalho, mais agradavel a aprendizagem para os discipulos e finalmente, mais rapida e mais util esta pratica.

Com pouco espaço de tempo póde o professor habil conhecer, mesmo sendo numeroso o grupo de alumnos que cantam, quaes são os que têm melhor voz e mais aptidão para a musica.

PRATICA E VIGILANCIA

Com estes, em numero relativamente pequeno, 8, 10 ou 15, fará os primeiros ensaios do hymno que quer ensinar á classe.

A vigilancia do ensaiador deve começar pelo texto litterario a ser cantado. Muitas vezes no copial o, os alumnos deformam palavras, alteram versos, pontuação, commettem outras especies de erros, que devem ser impedidos. A melhor solução para o caso é escrever o texto no quadro negro, em caracteres claros e bem legiveis, fazendo primeiro uma leitura explicada para toda classe e depois mandando copiar cuidadosamente este original. Tal systema tem a vantagem de evitar o que muito commumente se dá: o texto é todo alterado nas copias, a pontuação e a graphia desfiguradas a ponto de não apresentarem sentido algum.

(1) Faria Vasconcellos—Lições de Pedagogia e Ped. experimental, 1.ª ed., pag. 462.

EXPLICAÇÃO DO TEXTO

Nenhum hymno será dado como bem sabido se os alumnos não souberem bem a significação do respectivo texto, que o professor explicará, não sómente quanto ao assumpto sobre que versa como grammatical ou melhor lexicamente. Só assim o alumno cantará com plena consciencia do que está dizendo,

LEITURA RYTHMADA

Convém igualmente que, depois de ouvida a musica, faça o grupo seleccionado de cantores uma leitura rythmada do texto para exercitar-se em ajustal-o bem á melodia, fazendo bem as emissões sabendo prolongar as vogaes que devem ser cantadas sobre mais de uma nota, ajustando a respiração, igualando as intensidades, etc... Ex: Hymno Nacional.

Estes cuidados e minucias podem parecer enfadonhos, mas depressa se tornam faceis e approximam mais rapidamente os alumnos do ideal ambicionado que é cantar bem e proveitosamente os canticos que tiverem de ser aprendidos.

LIMITES DA VOZ INFANTIL

Ponto de importancia capital ao qual devem os ensaiadores prestar toda a attenção é o que se refere aos limites maximo e minimo dentro do qual devem as vozes escolares se mover. Em verdade tambem aos que compõem hymnos e canções para vozes infantis cabe esta observação. E é por isso que tambem a estes a fazemos.

A extensão da voz de crianças é pequena. No compôr musica para taes vozes, deve ser adoptado como limite agu-

do habitual o **DO** devendo ser usado

pouco o **RÉ** e mais raramente o

MIB

Estas ultimas notas não offerecem difficuldades de entoação justa quando a voz as attinge subindo por intervallos diatonicos, ou dizendo mais claramente, quando são complemento de uma serie de notas successivas. Ainda assim não é recommendavel utilizal-as frequentemente. Muitas crianças não as alcançam facilmente e *esguelem-se* esforçando-se por as alcançar, com que as vezes desafinam, causando pessimo effeito.

Pela razão opposta deve-se tomar como limite grave para

taes vozes o **SI** e raramente o

LA

EMPREGO DO DIAPASÃO

Como, porém, póde-se dar (e constantemente assim succede) o facto de, por não haver instrumento de acompanhamento, tomarem as crianças um diapasão falso, convem usar o diapasão, para orientar o ouvido, dentro do verdadeiro tom.

(*Continúa*

OS TRES LIVROS

Dei a seguinte lição, que procurarei resumir.

Na escola devem ser apresentados aos alumnos o primeiro, o segundo e o terceiro livro.

O primeiro é o livro propriamente dito, no qual elles aprenderão a ler e a comprehender a leitura.

Nesse livro, que toma diversas denominações, a começar pela cartilha, encontram-se historias, contos, descripções, cartas e poesias. E' elle o mais importante meio da instrucção, sendo de toda a conveniencia que os alumnos o tomem por companheiro de vida, pois com a leitura methodica poderão tornar-se verdadeiramente illustrados. Aprenderão a ler na escola para adquirir na vida o habito de ler.

Concluido o curso primario, possam ou não possam proseguir nos estudos, formem os rapazes a sua bibliotheca. Os bons livros, que comprarem, representarão capital productivo, servindo-lhes de excellente passatempo, trazendo-lhes conhecimentos uteis, afastando-os de coisas prejudiciaes, preparando-os para a vida social, abrindo-lhes caminhos novos. E' a leitura alimento indispensavel á intelligencia, incentivo para desenvolver e encaminhar a actividade, o melhor guia para nos ensinar os nossos deveres.

Os alumnos sahirão da escola amigos sinceros da leitura, certos de que, sem ella, voltarão a ser depois de certo tempo eguaes a qualquer outro que nada tenha estudado.

O segundo livro é o da natureza. Algumas de suas paginas serão percorridas na escola. Os alumnos as ficarão conhecendo na horta escolar e no jardim, nas excursões, na festa da arvore, em muitos objectos do museu.

Na horta e no jardim elles apreciarão a vida das plantas, a utilidade das hortaliças, a belleza das flores. Os trabalhos da horticultura e jardinagem darlhes-ão conhecimentos do cultivo da terra, e assim tambem o amor que todo brasileiro deve ter a esse cultivo.

Nas excursões escolares a natureza mostrar-se-á em seus esplendores, desde uma linda madrugada até uma noite de estrellas ou de luar. Hóje um passeio á montanha ou ao valle, amanhan a visita a uma chacara, mais tarde uma caminhada até o corrego ou rio, observando os animaes, os passaros e os insectos, aqui uma pedreira, alli uma arvore, mil outras coisas, tudo isso se apresentará nas excursões.

Ao realizar a festa da arvore, lembrar-se-á todo o bem que esta proporciona,—a flor e o fructo, a lenha e a madeira, a sombra e o frescor, a amenidade do clima e a regularização das chuvas.

Tornando-se conhecedores do museu, os alumnos ficarão empenhados em observar as coisas, e procurarão achar curiosidades para a referida secção escolar.

O terceiro livro refere-se á sociedade. Seu primeiro capitulo chama-se familia, e encerra os principios da vida social das creanças, cuja educação começa no lar sob a vigilancia das mães e dos paes.

Essa pequenina sociedade, que é a familia,foi architectada pelo amor para proteger as creancinhas.

O segundo capitulo vae passar na escola, onde as creanças encontrarão, sob outro regimen, uma nova sociedade maior que a familia. Os trabalhos escolares servirão para socializar os alumnos, exigindo delles ordem, pontualidade, attenção, colleguismo e outras qualidades educativas.

No trato diario com os professores e os collegas, durante as aulas e na folga do recreio, sahindo em excursões ou tomando parte nas festas, os alumnos irão corrigindo os seus defeitos e apurando o procedimento, afim de que possam tornar-se mais tarde bons elementos sociaes.

Deste modo a escola terá attendido ao terceiro livro, imprimindo a seu trabalho o fim educativo, para que foi creada. Alguem já definiu a educação como sendo a socialização do individuo em toda sua maneira de encarar e utilizar a vida.

Conforme se vê, os tres livros da presente lição symbolizam o estudo, a natureza e a sociedade. Da escola o alumno ha de sahir estudioso, amante do livro, habituado á leitura. Alli, elle deve tornar-se admirador da natureza para melhor observal-a e comprehendel-a. Na escola elle aprenderá a prezar a sociedade, da qual cumpre-lhe ser um cidadão digno e prestimoso.

Firmino Costa

JOGOS MENORES

Devido á influencia que os jogos physicos exercem no desenvolvimento harmonico das creanças, e timbrando-se em que os mesmos se façam com regularidades nas nossas casas de ensino, o Sr. Secretario do Interior convidou a professora d. Maria Bueno, de Lavras, a dar instrucções sobre a materia, nos Grupos Escolares da Capital.

Depois de algumas interessantes aulas praticas, ministradas pela abalisada professora, deixou esta os seguintes jogos, que publicamos, com o fim de serem introduzidos nos nossos grupos e escolas singulares.

NUNCA TRES

Dispor o grupo em dois circulos concentricos, formando filas com a frente voltada para dentro, devendo o espaço entre ellas ser de dois ou tres passos. Escolher dois jogadores: denominar o primeiro "fugitivo" e o segundo "pegador". Dado o signal, o "fugitivo" correrá por fóra dos circulos e procurará collocar-se em frente de qualquer das filas, dando-lhe as costas, no que será impedido pelo "pegador". Mas si aquelle o conseguir cumprirá a este pegar o terceiro da fila; não poderá haver nunca tres em cada fila. O 3.º é sempre o "fugitivo". Uma vez que o "pegador" toque o "fugitivo", antes deste se collocar na frente da fila, este o substituirá. Invertem-se os papeis: o "pegador" torna-se "fugitivo" e vice-versa. O jogo não deve, entretanto, parar um só momento, devendo ser feito sempre em corrida.

CORRIDA DE CIRCULO

Riscar no terreno um circnlo, cujo tamanho poderá variar com o numero de jogadores. Dispor o grupo em circulo com o lado esquerdo para dentro e com intervallo de dois passos entre os jogadores. Dado o signal todos correrão velozmente, procurando passar por fóra, os jogadores em frente se assim acontecer, o ultrapassado se retirará do jogo, ficando dentro do circulo. Vencerá o que ultrapassar o maior numero em certo ponto.

ROUBAR MUNIÇÕES

Collocar varas, massas, bastões, etc., empilhados no meio do campo. Dispor o grupo em duas turmas, postadas nas extremidados do campo. Dado o signal, correrão ambas as turmas, levando, de uma em uma, as muuições para a sua linha, voltando para buscar outras. Vencerá a turma que roubar a maior quantidade.

PEGA-PEGA DE AVESTRUZ

Escolher um jogador. Dado o signal, o jogador escolhido procurará tocar em qualquer dos jogadores, que fugirão, ou, na imminencia de serem presos, dobrarão os joelhos e, passando o braço sob a coxa, segurarão o nariz; nesta posição não poderão ser presos. O preso substituirá o pegador.

CORRIDAS

Passar a bola por cima da cabeça.

Dispor a classe em columnas, entregando-se a bola ao primeiro jogador de cada uma dellas. Dado o signal, este passará a bola por cima da cabeça do segundo, que a passará ao terceiro, etc., até o ultimo. Este, de posse della correrá até a extremidade do campo. Voltando, formará na mesma posição que os outros e passará a bola, de mão em mão por cima da cabeça até o ultimo. Vencerá a columna que acabar de correr primeiro.

EM UM PÉ

Dispor a classe em columnas. Dado o signal, correrá o primeiro jogador de cada uma dellas, num pé, até á extremidade do campo. Voltando, sahirá o segundo, indo o primeiro formar á retaguarda da columna.

EM AMBOS OS PÉS

Dispor a classe em columnas. Dado o signal correrá o primeiro jogador de cada uma dellas de pés juntos, até á extremidade do campo. Voltando, sahirá o segundo, indo o primeiro formar á retaguarda da columna.

MUDAR TRES MASSAS

Este jogo exige tantas vezes tres massas quanto o numero de columnas de jogadores traçar no chão, na extremidade opposta ás columnas, dois circulos para cada uma, collocando-se tres massas dentro de um delles. Dado o signal, correrá o primeiro jogador até o circulo onde estiverem as massas, porá a mão nas costas e transferirá as massas, de uma em uma para o outro circulo. Voltando, sahirá o segundo, indo o primeiro formar á retaguarda da columna.

SALTAR A VARA

Dispor a classe em columnas. Entregar uma vara ao primeiro jogador de cada uma dellas. Dado o signal, este correrá até á extremidade do campo, e, voltando, entregará a outra ponta da vara ao segundo, ambos segurando assim a vara correrão até o fim da columna, trazendo a vara rasteira ao chão e fazendo com que a columna salte por cima. O segundo correrá até á extremidade do campo, indo o primeiro formar á retaguarda da columna.

BRANCO E PRETO

Apparelhamento: Um dado com faces brancas e pretas. Dividir o grupo em duas turmas parallelas e fronteiras no meio do campo, á distancia de dois passos. Determinar a côr de cada turma. Lançado o dado, a turma, cuja côr ficar para cima, tratará de pegar os jogadores da outra, que fugirão até o limite do campo. Ganhará o jogo a turma que conseguir pegar o maior numero em certo tempo. O jogador preso passará para a outra turma.

MASSAS VENENOSAS

Dispor o grupo em circulo, segurando os pulsos com firmeza, em torno das massas. Dado o signal, os jogadores se empenharão em fazer com que os seus companheiros derrubem ao menos uma das massas. O que a derrubar será excluido do jogo. Excluir-se-ão tambem os dois jogadores que largarem os pulsos. Será vencedor o que não derrubar as massas.

CADEIAS

Dispor o grupo em dois circulos concentricos, formando filas. Os jogadores darão os braços de dois em dois, devendo medear entre cada grupo de dois o espaço de tres passos. Escolher dois jogadores; denominar ao primeiro "fugitivo" e ao segundo "pegador". Dado o signal, o "fugitivo" procurará collocar-se ao lado de um dos grupos, dando-lhe o braço, no que será impedido pelo "pegador". Mas, si aquelle o conseguir, cumprirá a este pegar o jogador que, depois de formada a cadeia, estiver do lado opposto ao "fugitivo." Uma vez que o "pegador" toque o "fugitivo", antes de este formar a cadeia, este o substituirá. Invertem-se os papeis: o "pegador" torna-se "fugitivo" e vice-versa. O jogo não deve, entretanto, parar um só momento, devendo ser feito sempre em corrida.

EMPURRAR A CORDA

Collocar a corda atravessada no meio do campo. Dispor o grupo em duas turmas, postada cada qual nas extremidades do campo. Dado o signal, correrão ambas as turmas e segurarão a corda, procurando empurral-a para o lado contrario. Vencerá a turma que conseguir empurral-a até o limite, ou havendo tempo pre-estabelecido, a que a levar mais proximo a elle.

NODGI, MESTRE ESCOLA

Um jornalista francez, correspondente militar do *Figaro*, desejando visitar o glorioso marechal Nodgi, soube, em Tokio, que não era ali sua residencia; mas, em outra cidade, em Osaka.

Como havia recebido da redacção do seu jornal ordem para ouvir, entrevistar aquelle homem, a quem o Japão devia em grande parte suas victorias, na guerra contra a Russia, tomou, no dia seguinte, passagem no trem rapido, que o devia levar a Osaka.

Havia chegado da França, onde as paisagens são encantadoras, semelhantes a immenso jardim, com suas risonhas e claras aldeias, e onde não se enxerga quasi um palmo de terra, que não esteja coberto de plantações de trigo, esmaltadas de papoulas vermelhas, como flores de sangue, de vastos parreiraes, de oliveiras, trepando as montanhas, como os cafesaes de nossa terra, muito alinhadas, e onde, na encosta de cada monte, se destacam as risonhas casas de campo e nas planices, nas tão cuidadas pastagens, o gado sadio e gordo, pintado de branco e preto. Apesar de conhecer tanto as bellezas da sua patria, o jornalista, da janella do seu carro, ia examinando e admirando o risonho panorama da terra japoneza.

Nas planices inteiramente cultivadas, os pequenos canaes de irrigação da terra, seguiam para todos os lados, semelhando fitas de prata, a rebrilhar ao sol da manhã. As casas de campo, com seus bizarros enfeites, pareciam pequenos chalets, feitos de cartonagem. De onde em onde, grandes fabricas, com as altas chaminés, jorrando fumo espesso.

Muitos arados, movidos a vapor, rasgavam o solo, conduzidos por um menino, de grande chapéo ponteagudo, como se fosse já um experimentado operario rural.

Nas pequenas estradas de ferro, destinadas ao serviço dos agricultores, corriam pequenas locomotivas, arrastando airosamente filas de carros, carregados de saccos de trigo, de cestas de cerejas e de outras fructas, de verduras.

Para qualquer dos lados onde dirigisse o olhar, via o jornalista a mais risonha e activa prosperidade daquelle paiz, onde o trabalho intelligente, incançavel, operava tantos milagres da civilisação moderna.

E emquanto o trem corria com extrema velocidade, atravessando aquella região opulenta e tão tranquillamente feliz, como se nunca a houvesse sacudido o furor da guerra, o jornalista ia relembrando o que havia sido, ainda ha pouco tempo, a campanha heroica contra a Russia, inteiramente vencida pelo Japão.

A Russia occupava no mundo inteiro um territorio tão vasto, que ia dos longinquos mares do extremo oriente ás fronteiras da Allemanha, da Austria, da Turquia, da Romania, tendo mais de dezoito milhões de kilometros quadrados, — o duplo do Brasil todo, e uma população de mais de cento e trinta

milhões, possuia uma das maiores esquadras do mundo, um exercito de muitos milhões de soldados, gente tão brava, tão firme, que do soldado russo dizia Napoleão: — Ainda depois de morto, é necessario empurral-o para cahir.

No emtanto, esse tão immenso imperio fôra, pouco antes, inteiramente, completamente vencido pelo Japão, cujo territorio é ainda menor do que o do Estado de Minas Geraes.

Mas, aquelle paiz é habitado por uma raça, apparentemente franzina, e que a civilisação transforma de maneira tão completa, que em nenhum outro paiz se notam tantos prodigios de sincero patriotismo, de ancia de progresso, mostrando habilidade infinita aquelle povo, habilissimo como operario; de admiravel sangue frio, a abnegação como soldado, e para quem a patria é objecto de verdadeiro culto.

Em poucos mezes de guerra, perdera a Russia a sua formidavel esquadra, anniquilada num só dia, na maior batalha naval, de que se tem noticia. Os seus exercitos, derrotados, desmoralizados, mais pareciam uns frangalhos da antiga grandeza.

E o jornalista francez ia pensando, depois, em sua visita ao general Nodgi, a maior figura daquella grande guerra. Imaginava que iria encontral-o trajando a sua farda de commandante do exercito, com o peito coberto de condecorações, em meio de muitos officiaes superiores, satellites daquelle sol de gloria.

Receiava encontrar muitas difficuldades em poder falar ao general. Entrevia um grande apparato na sua residencia, certamente um luxuoso palacio, muito imponente e vigiado por muitos soldados.

Chegado ao hotel, em Osaka, indicaram-lhe a casa, onde poderia encontrar o general Nodgi, e, sem demora, tomou o carrinho, dos que ali são usados, puxados por um rapagão bom corredor, que se mette entre os varaes e trota, sem mostrar o menor cansaço.

Nas ruas, cheias de gente, muito ruidosas, ia elle observando tantos passageiros e passeiantes, muitas moças, com seus chapelinhos de sol, suas sombrinhas, feitas de papel de seda, causando-lhe a impressão de que eram bonecas passeiando em carrinhos n'um jardim liliputiano.

A' entrada da casa indicada, o jornalista comprimiu o botão da campainha electrica e um creado, bem vestido, veio logo abrir-lhe a porta.

— E' aqui a casa do senhor general Nodgi? perguntou ao porteiro.

Este leu o nome escripto no cartão de visita, e respondeu-lhe em bom francez: — Não, senhor.

Aqui é a escola do general.

Queira entrar. Vou levar-lhe o seu cartão.

Pouco depois, entrava na sala, onde estava o jornalista, o glorioso vencedor da Russia, um respeitavel ancião, de tão bondosas maneiras, que o visitante se sentio logo mais encorajado a lhe solicitar a honra de uma entrevista, que deveria ser lida no *Figaro*, em todos os paizes do mundo.

Trajava o general um singelo dolman preto, preso por alamares de seda, e trazia á cabeça um barrete tambem de seda preta, como um simples burguez. Por detraz dos grandes oculos de ouro, muito redondos, scintillava-lhe o olhar, com aquella sagacidade benevolente, propria dos homens superiores.

Depois de lhe explicar o motivo da sua visita, o jornalista animou-se a fazer-lhe uma pergunta:

—Senhor general, queira perdoar-me a pergunta, se lhe parecer indiscreta... O porteiro disse-me que aqui não era a sua casa, e sim a sua escola.

Não comprehendi bem as suas palavras...

—*Monsieur*, disse elle. Nós, aqui no Japão, pensamos que não ha profissão mais nobre, mais util que a de mestre escola, e julgamos que o dever de todos está em procurar elevar o nivel do povo.

Custa-nos pouco ceder-lhe sempre uma hora das vinte e quatro que tem o dia. Nesta casa, tenho a minha modesta escola primaria, e ensino as primeiras lettras aos meus pequenos patricios. Tenha a bondade de acompanhar-me.

Atravessaram um pequeno compartimento, e, em seguida, entraram em uma sala bem clara, onde uns quarenta japonezinhos occupavam seus bancos, olhando para o jornalista com os seus olhinhos obliquos.

—Aqui tem a minha escola de ensino primario, disse o general ao jornalista maravilhado.

E voltando-se risonho para os alumnos, disse-lhes: — Podem ir para suas casas.

Aquellas quarenta creanças tomaram os seus tamanquinhos, que estavam guardados em um armario, fizeram uma reverencia, bem profunda, bem japoneza, e deixaram que o seu professor, de modesto traje e de barretinho sobre a testa ampla, relatasse ao escriptor europeu os seus grandes feitos de guerra.

Gustavo Penna

(Do livro de leitura EDUCAÇÃO).

INSTRUCÇÃO PUBLICA E EDUCAÇÃO

ARGENTINA

RELATORIO DO DEPARTAMENTO DE INSTRUCÇÃO PUBLICA. Acaba de sahir á luz o relatorio do Ministerio da Justiça e Instrucção Publica para 1923, datado de setembro de 1924, o qual contém no seu segundo volume a situação da instrucção publica primaria e secundaria. Damos a seguir alguns excerptos do relatorio:

Entre os assumptos de ordem social que occupam a a attenção do Conselho de Educação figura a saude physica dos alumnos, especialmente dos de organismo debil e que, devido á pobreza do meio, precisem de auxilio estadoal que se extenda além da sala de aula para fins de previsão social. Para este fim inclue-se no orçamento uma verba de 250,000 pesos para o estabelecimento de colonias de ferias na praia do mar, onde estavam matriculadas 202 creanças, sendo 93 rapazes de 8 a 10 annos e 109 meninas de 8 a 12 annos. Trinta e duas escolas de ferias funccionaram durante dois semestres, as quaes foram frequentadas de manhã por 5,051 creanças e á tarde por 66,538.

Não tinha havido a fundação de tantas bibliotecas quantas eram de desejar por falta dos necessarios fundos, embora haja bibliothecas de circulação e estacionarias nas escolas provinciaes.

O serviço medico escolar tem realizado uma investigação de 120,000 creanças das quaes 9,000 accusaram algum ligeiro defeito remediavel. Verificou-se que 2 por cento da população escolar estava retardada. Vinte e um por cento revelaram insufficiencia de nutrição, motivo pelo qual o Conselho de educação consignou uma verba de 300,000 pesos do fundo escolar para m rendas.

Durante 1923 havia em todo o paiz 174 escolas secundarias normaes e especiaes subordinadas ao Ministerio da Instrucção Publica, divididas como se segue: 40 escolas secundarias nacionaes; uma escola secundaria para meninas; 84 escolas normaes; 6 escolas commerciaes; 3 escolas industriaes; 16 escolas vocacionaes femininas; 1 escola de pedagogia; 1 instituto para professores de linguas modernas; 2 escolas de surdos mudos; 1 instituto para cegos; uma academia nacional de bellas artes e uma escola de artes. A matricula destas escolas attingiu a cifra de 73,296 alumnos, dos quaes 31,396 eram rapazes e 41,900 eram meninas, regulando por 64;000 a frequencia media. Noventa e seis por cento eram argentinos sendo o resto estrangeiros. Os professores destas escolas foram em numero de 6,366. Houve tambem 188 escolas particulares, com 9,345 alumnos.

CHILE

CONGRESSO PAN-AMERICANO DE EDUCAÇÃO.—Segundo informações recebidas do Ministerio da Instrucção Publica o Congresso Pan-Americano da Educação, que se devia reunir em Santiago de Chile em setembro de 1925, foi postergado pelo Governo do Chile para a primeira ou segunda semana de agosto de 1926.

CONFERENCIA PELO DOUTOR SHERWELL.- O Dr. Guillermo A. Sherwell, secretario geral da Alta Commissão Inter-Americana, realizou uma prelecção na Universidade de Chile durante a sua estada em Santiago em novembro ultimo, quando foi recebido especialmente em uma reunião especial da Secção Chilena da referida alta Commissão. A conferencia teve por these a educação para o serviço de previsão social, com referencia especial ao curso existente na Universidade da Carolina do Norte, e ás resoluções apresentadas pelo Doutor Scherwell e approvadas no Congresso de Economia Social que realizou em Buenos Aires, no relativo á previsão social como profissão.

CUBA

RELATORIO ESCOLAR PARA 1923-1924.—Na mensagem do Presidente, datada de 25 de novembro de 1924, encontram-se os seguintes dados sobre instrucção primaria para o anno escolar de 1923-1924, os quaes revelam um augmento de 6,958 alumnos relativamente ao anno lectivo passado:

Novas escolas primarias estabelecidas

Pinar del Rio	3	Santa Clara	4
Havana	3	Camagüey	1
Matanzas	1	Oriente	4

Matricula total por edades nas escolas publicas

Menores de menos de—	
6 annos	14,721
7 annos	34,545
8 annos	43 593
9 annos	48 134
10 annos	52,149
11 annos	46,621
12 annos	43.874
13 annos	29,430
14 annos	12,972
15 annos	3,832
Total	377,475

Destes 377,475 alumnos, 188,235 eram rapazes, 189,240 meninas, 277,652 brancos e 99,823 de côr. A matricula diaria média foi de 282,010 e a frequencia de 207,211 ou 73.47 por cento dos alumos matriculados.

Matricula e frequencia media

	N.º	Alumnos (brancos)	Alumnos (de côr)	Matricula total	Frequencia media
Escolas nocturnas	54	3,362	2,160	5,522	2,119
Escolas em prisões	5	204	236	440	213
Particulares	551	31,799	2,737	34,536	30,138
Publicas	3,364	2:2,652	99,823	377,475	207,211
Centros escolares em 76 zonas	164	3,165	409	3,574	2,954

Professores nomeados para o anno lectivo

	Sem declaração de sexo	Homens	Mulheres	Brancos	De côr
Escolas primarias	663	.....	.....	.....	.....
Escolas publicas	.....	913	5,410	5,302	1,021
Escolas particulares	.....	602	1,173	1,718	57
Escolas centraes	70	.....	.....	.....	.....

VERBAS PARA INSTRUCÇÃO AGRICOLA.—Veja-se a pagina 288.

ESTADOS UNIDOS

DOAÇÕES PARA INSTRUCÇÃO. Dois millionarios americanos, Mr. George Eastman e Mr. James B. Duke, nenhum dos quaes possue um curso univesitario, fizeram ultimamente doações para a educação que sommam juntas mais de 100,000,000 de dollars. Mr. George Eastman, chefe da Eastman Kodack Company, tendo já dado a hospitaes, directorios de investigação estadoaes e municipaes, institutos de caridade, institutos educativos e outros centros, dadivas que perfazem a somma total de $58,602,000, fez em dezembro ultimo as seguintes doações: Massachusetts Institute of Technology, $4,500,000; Eastman School of Music, $3,000,000; Escola medica da University of Rochester, $1,500,000 University of Rochester College for Women, $1,500,000; Hampton Institute, para pessoas de côr, $1,000,000; e Tuskegee Institute para pessoas de côr, $1,000,000.

Mr. James B. Duke, deu um fundo de $40,000,000. Depois de feita uma reserva de 20 por cento dos juros para augmentar o principal em cerca de um terço, o resto será empregado para Trinity College, da Carolina do Norte, que agora terá o nome de

Duke University; uma somma egual para a abertura e manutenção de hospitaes primariamente nos Estados de Carolina do Norte e Carolina do Sul; e o remanescente para fins de religião de philanthropia.

HONDURAS

COMMISSÃO CONTRA O ANALPHABETISMO.—Em Tegucigalpa existe uma commissão destinada a combater o analphabetismo, a qual está auxiliando os professores do Governo a espalhar a educação. Durante o verão passado o titulo de professor honorario foi conferido por esta sociedade a duas senhoritas por serviços prestados durante esta campanha.

MEXICO

NOVOS FUNCCIONARIOS NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.—O Dr. J. Manuel Pui Casaurane, nomeado para Secretario de Educação Publica no Gabinete do General Calles, proferiu um inspirador discurso irradiado em 6 de dezembro do anno passado, no qual dizia:

O departamento contempla realizar uma das promessas fundamentaes do programma social do Presidente Calles: «A incorporação das grandes massas ruraes e indigenas na verdadeira civilização» Sem prejuizo da importancia ou universidade a qual gosara de toda a possivel autonomia e opportunidade de expansão, dar-se-á attenção preferente ás escolas primarias urbanas, escolas de obreiros, e sobretudo á educação rural para camponezes, mestiços e indigenas. Como disse o Presidente Calles, «Sendo o Mexico fundamentalmente um paiz proletario... é o dever do Governo dirigir conscienciosamente os seus esforços no sentido do melhoramento dos infelizes, e para melhor orientação das massas laboriosas, dando uma opportunidade aos atrazados, e assegurando uma somma cada vez maior de beneficios para os opprimidos. O sonho e porfia do Mexico é pela consecução de um estado de felicidade em que o numero dos soffredores diminua de dia para dia; em que os empregos sejam abertos para todos; em que o gozo da riqueza nacional e dos direitos civis seja mais generalizado.»

REITOR DA UNIVESIDADE.—O Dr. Alfonso Pruneda, antigo efficiente e activo Secretario do Conselho de Saude Publica, succedeu ao Sr. Licenciado Ezequiel Chávez como Reitor da Universidade Nacional, sendo que este ultimo funccionaraio se retira para dedicar-se a escrever obras pedagogicas. O Doutor Pruneda foi Chefe da Secção de Educação Secundaria, Preparatoria e Profissional sob a direcção de Don Justo Sierra, tendo occupado posteriormente outros postos educativos de importancia.

REPUBLICA DOMINICANA

ESCOLA DE COMMERCIO.—Ha poucos mezes implantou-se em Santiago esta escola, que vae ganhando em importancia de dia para dia. As materias que alli se ensinam são: tachygraphia, dactylographia, correspondencia commercial, inglez, linguagem, e arithmetica commercial. As aulas são diurnas e nocturnas.

SALVADOR

ESCOLAS E RESTAURANTES DE SAN SALVADOR.—O Conselho Municipal de San Salvador contribuiu com uma subvenção de tres restaurantes escolares que fornecem 1,297 refeições por semana. A municipalidade mantem novas escolas mediante o custo de 24,000 colonos por anno. Dos 918 alumnos matriculados ha uma frequencia diaria de 600. A municipalidade tem em contemplação a creação de novas escolas e elevação da categoria de outras.

PARAGUAY

EDUCAÇÃO ESCOLAR.—O Poder Exscutivo foi autorizado a crear uma Commissão Nacional de Edificação Escolar, com séde na capital e com jurisdicção em toda a Republica. A commissão se comporá de tres membros e poderá renovar-se parcialmente cada anno. São funcções da commissão formar, com intervenção do Departamento Nacional de Engenheiros, o plano geral de edificação escolar em todo o paiz; formar um registro de todos os edificios escolares da Republica, com especificação dos pertencentes ao Estado e dos alugados; administrar os fundos proprios da educação escolar com intervenção da contadoria geral; interessar a iniciativa privada na edificação escolar, e acceitar contribuições e donativos de particulares com o mesmo objecto; aconselhar o Poder Executivo sobre o logar e as condições em que devem construir-se os edificios escolares; velar pela exacta execução dos contractos para construcção de edificios escolares. O Poder Executivo, mediante indicação da commissão, decretará a construcção de edificios escolares com observancia dos tramites estabelecidos pela lei de organização administrativa. Formar-se-á um fundo especial, destinado exclusivamente a attender ás despesas da edificação escolar.

MATRICULA ESCOLAR.—Segundo um quadro comprobativo do numero de alumnos inscriptos nas escolas publicas desde o anno de 1911, o numero de alumnos matriculados no anno de 1924 chegou a 88,514, o que revela um augmento de 17,189 a partir de 1914.

REFORMA DO ENSINO PRIMARIO.—Por lei n. 689 publida no *Diario Official* de 4 de novembro de 1924, foi reformada a instrucção primaria no relativo á classificação das escolas, o plano de estudos e a edade de matricula. A edade de frequencia obrigatoria nas escolas primarias é actualmente de 7 a 14 annos nas cidades e villas importantes, e de 9 a 14 em cidades pequenas e communidades ruraes.

URUGUAY

ELCOLAS AO AR LIVRE.—O Conselho Nacional de Instrucção Primaria e Normal officiou aos Conselhos Departamentaes de Administração em todas as partes do paiz no sentido de chamarem a attenção do governo local para a conveniencia de se estabelecer escolas ao ar livre nas capitanias departamentaes para creanças de saude subnormal. Embora o Conselho de instrucção não tenha fundos com os quaes abrir escolas novas deste genero, ser-lhe-ia possivel no caso em que os governos locaes pagassem todas as despezas eventuaes, transformar algumas das escolas actuaes em escolas ao ar livre.

Da «União Pan Americana».

SECÇÃO OFFICIAL

Obrigatoriedade do ensino em Minas Geraes

Como devem agir os professores, si os paes ou tutores dos alumnos se recusem a receber e assignar a notificação da matricula *ex-officio*?

Parecer do sr. Consultor Juridico do Estado

Em janeiro ultimo foi matriculada, ex-officio, no grupo de Bom Despacho, uma menor, tutelada de pessoa conceituada na localidade. Remettida a notificação á dita pessoa, não quiz esta recebel-a e assignal-a.

Assim, o director do grupo enviou á Secretaria a notificação, pedindo uma providencia á respeito.

Ouvido o sr. Consultor Juridico do Estado, deu s. s. o seguinte parecer, que foi adoptado pelo sr. Secretario.

PARECER

Exmo. Sr. Secretario do Interior.

Por deliberação de v. exc. manifesto-me sobre a seguinte consulta:

Como proceder contra quem se recusa assignar o recibo de notificação da matricula feita ex-officio?

Notificar significa, como diz o dr. Azevedo Marques, em sua obra «Acções e Despejos», pag. 26, «participar, communicar, dar conhecimento, avisar». E cita João Mendes em seu «Direito Judiciario Brasileiro», 2.ª «edição», pag. 409, que ensina:

> «Como acabamos de ver o chamamento a juizo, feito pela primeira citação ao Réo impõe-lhe a frequente presença a todos os actos e termos da acção; e nisto *differe essencialmente* da notificação, que é a «scientificação de um preceito para a pratica ou não pratica de um acto.» Vangueryc doutrina:
>
> «publicar á outra parte uma noticia sem mais figura de juizo.» E a jurisprudencia decidiu:
>
> «Considerando que o *aviso* do augmento podia ter sido levado ao conhecimento do inquilino até mesmo por uma interpellação *extra-judicial* (O Direito, vol. 99 § 99).

Como simples aviso, então, pode ser feita, por qualquer meio, a notificação a que se refere o art. 228 do Reg. do Ensino.

Como esse art. exige, porém, a *notificação escripta* ao pae ou responsavel pelo menor e o recibo do notificado, essa notificação poderá ser feita:

a)—por carta ou officio registrado com recibo de volta, e copiado em um livro proprio do Grupo ou escola isolada, devidamente rubricado pelo inspector escolar do municipio.

Esse officio pode ser confirmado por um edital que lhe faça referencia, publicado na imprensa local, si possivel, e affixado na porta do edificio escolar.

Commentando o art. 2.º do Reg. das Contas Assignadas, escreve Paiva Meira, a pag. 13 de seu livro:

> «em qualquer caso póde a remessa ser feita pelo correio. Existe no regulamento postal um serviço especial que poderá prestar-se para remessa das duplicatas por essa via, com maior segurança para ambas as partes. *E' o regime das cartas com o recibo de volta*, isto é, em que o correio apresenta ao remettente o recibo do destinatario o que prova que este recebeu a duplicata.»

E a pag. 31 escreve:

«3.º prova da remessa da duplicata que poderá ser:

a) quando remettida pelo correio, uma copia da carta ou memorandum, extrahida do copiador de cartas do vendedor, com o recibo do registrado do correio, si tiver ido por essa via.»

b)—por carta ou por officio endereçado ao pae ou responsavel pelo menor, transcripto no Registro Especial de Titulo e Documentos, entregue ao destinatario pelo respectivo official que fornecerá a devida certidão de notificação, nos termos do art. 60 do dec. federal n. 4.775, de 16 de fevereiro de 1903 e com a licção de Azevedo Marques na nota 3, pag. 25 da obra citada onde elle escreve:

«(3) Um outro meio de prova será uma certidão do official do «Registro Especial de Titulos», dando fé de haver entregue uma carta do senhorio ao inquilino, notificando-o a desoccupar o predio no prazo de um mez: carta essa previamente registrada no dito Registro. Tal meio de prova é auctorizado pelo dec. federal n. 4.775, de 16 de fevereiro de 1903, art. 60, que diz: «O official do registro» «será obrigado», quando solicitado, a «notificar...»

c)—por carta registrada, levada aberta ao correio onde verificando-se a existencia da notificação declarar-se-á o seu conteúdo, no respectivo talão de recibo ou registro...

Referindo-se ao aviso do protesto da letra de cambio o paragrapho unico do art. 30 da lei n. 2.044, de 31 de dezembro de 1908 (Letra de Cambio) estatúe:

> Paragrapho unico. O aviso póde ser dado em carta registrada. Para esse fim, a carta será levada ao correio, onde verificada a existencia do aviso, se declarará o conteúdo da carta registrada no conhecimento e talão respectivo.»

Commentando esse paragrapho escreve Margarino Torres, a pag. 355 de sua obra, «Nota Promissoria»:

> «O aviso do protesto, quando se torne obrigatorio, póde ser dado de qualquer modo, verbalmente ou por telegramma e póde ser dado em carta registrada. Para esse fim a carta será levada aberta ao correio, onde, verificada a existencia do aviso, se declarará o conteúdo da carta registrada no conhecimento e talão respectivo (art. 30, paragrapho unico). Mas quando não seja certificado o conteúdo, a simples prova de que foi enviada a carta deve bastar, si o destinatario não provar que continha assumpto differente.»

Bento de Faria, commentando o art. 378 do Cod. Commercial, escreve á pag. 342:

> «...no que concerne a prova de que o aviso por escripto foi dado ao predecessor em tempo util, basta demonstral-a pela exhibição do certificado do correio que uma carta foi dirigida em o dia determinado pelo interessado ao destinatario, a menos que se prove que a carta recebida por este se occupara de outro assumpto. O referido certificado basta egualmente para fixar o dia em que o aviso por escripto foi entregue ao destinatario. (Lei cambiaria allemã de 5 de junho de 1869, arts. 45 e 46, *Kunze* e *Endermann*.

Manual Dir. Comm. Marit. cambiario, vol. 5.º, pag. 336; *Sevogia*, Crit. del Cod. Com. Argentino, vol. 2.º, not. 2.225).

Era essa, aliás, a disposição do art. 384 do Reg. n. 737, de 1850.

As notificações a que se referem as letras a) e c) são mais usadas e accessiveis ao professor publico ou director do grupo escolar, sendo o da letra b) difficil e oneroso. A primeira é o adoptado pelo eminente Ruy Barbosa, em seu projecto sobre Ensino.

Na informação prestada pela 4.ª secção dessa Secretaria, allega-se que não se encontrou no Reg. do Ensino disposição alguma relativa aos responsaveis por menores entregues ao seu poder e guarda, que se *recusem a assignar os recibos de notificação*. Realmente o Reg. alludido não faz referencia especial a esse assumpto, mas o seu art. 515 assim estatue:

> Art. 515 — Recusar-se o pae, tutor ou qualquer pessoa que tenha sob sua guarda, a seu serviço ou em sua companhia, menores de um e de outro sexo, em

edade escolar, a cumprir as disposições deste regulamento, referentes a obrigatoriedade do ensino primario; não obrigar os maiores de quatorze annos e menores de dezoito a frequentar escolas nocturnas, onde as houver; consentir que os alumnos sob sua responsabilidade faltem á escola, sem causa justificada, por mais de oito dias durante o mez:

Pena: admoestação.

§ 1.º Reincidir na infracção que der causa a pena de admoestação; impedir ou obstar a frequencia do alumno ou ser causa da ausencia deste á escola; prestar falsas informações com relação á matricula do menor e com intuito de subtrahil-o á obrigatoriedade do ensino e frequencia dos estabelecimentos publicos:

Pena: multa de dez mil réis e cincoenta mil réis.

§ 2.º Na reincidencia da falta, que tenha occasionado a multa, o dobro desta».

Duvida alguma póde haver a respeito da responsabilidade do pae ou do tutor, quanto á notificação.

O art. 515 é de uma clareza absoluta: refere-se ao descumprimento de qualquer das disposições do Regulamento referente á obrigatoriedade do ensino e á falta de frequencia á escola dos menores e alumnos sob sua guarda.

A notificação visa exactamente *avisar* os paes e os tutores ou responsaveis pela matricula «ex-officio» dos menores a seu cargo e da obrigação que têm de fazel-o frequentar as escolas.

Não assignando ou recusando-se a assignar os recibos dessa notificação não se eximem da punição comminada; ao contrario, liminarmente, incidem nas disposições penaes do Reg.

Não fosse assim e ninguem seria punido porque a propria lei se teria incumbido de escancarar aos infractores as portas da impunidade! Aliás, o capitulo III sob que se inscreve o art. 515 refere-se exclusivamente *«A's faltas dos Paes, Tutores ou Responsaveis pelo ensino de menores»*.

Houve, pois, a respeito, manifesto engano da secção.

Por esse criterio, o infractor ou delinquente que se recusasse no processo commum a assignar o auto de infracção, o de prisão em flagrante, o de qualificação, ou o reo que se recusasse a receber a nota de culpa ou a copia do libello não poderia ser processado ou punido; dependeria a punição de seu unico arbitrio, e o infractor resolveria *ex-proprio Marte*.

Ensino obrigatorio

Mas deve-se inquirir preliminarmente:

Pode o Estado instituir o ensino obrigatorio?

Essa é a disposição contida no art. 22, do Reg. cit., que determina:

Art. 22. O ensino primario fundamental será obrigatorio em qualquer parte do territorio mineiro onde haja escolas publicas, ou particulares subvencionadas, sufficientes para o numero de menores de ambos os sexos, de sete a quatorze annos de edade, existentes dentro de cada perimetro escolar.

§ 1.º Esta obrigatoriedade não se extende ás creanças pobres, residentes onde não haja escolas gratuitas.

§ 2.º Perimetro escolar é a circumferencia a cujo centro é o estabelecimento publico ou subvencionado e cujo raio é egual a 2 kilometros para o sexo feminino, e 3 para o masculino, nas cidades e villas, com o accrescimo respectivo de meio kilometro, nas povoações e zonas ruraes,

Carlos Maximiliano, a pag. 694 de seus *«Commentarios á Constituição Brasileira»* assim se manifesta a respeito:

«... Cahiram as emendas que declaravam *livre* o ensino em estabelecimentos publicos; em consequencia, podem os Estados e o Districto Federal decretar a frequencia obrigatoria ás escolas primarias, como existe na Suissa (Constituição Federal, art. 27) e em muitos municipios do Brasil.

Os partidarios desta doutrina sustentam que não coarctam a liberdade legitima dos paes. Tem esta um limite: a dos filhos que são forçados a trabalhar para os progenitores, em vez de irem á escola. A instrucção é um direito dos menores que lhes não podem negar os tutores natos ou dativos. E' indispensavel para a vida. Portanto assiste aos paes o dever de ministral-a. Quando faltam, por desidia ou exploração do trabalho dos meninos, intervem compulsoriamente o Poder Publico, ao qual sempre compete proteger a infancia contra a cobiça e a perversidade dos adultos.

Defendem os seus ideaes os adeptos da doutrina opposta; adduzem, como argumento mais forte, a pobreza paterna, que impede de vestir os pequenos para irem á escola, e, ás vezes, de os alimentar sufficientemente. No Brasil, ao menos, ainda não ha asylos bastante numerosos para educar os filhos dos miseraveis.

Póde o ensino obrigatorio tornar-se um onus crudelissimo para os elementos proletarios».

E em a nota numero *um* ao numero 431, escreve: «431— (1)*Annaes*, vol. II, pags. 242, 284 e 315; vol. III, pag. 237.

O Apostolado Positivista do Brasil propoz accrescentar á palavra leigo, no § 6.º as seguintes: *livre, gratuito e não obrigatorio* (*Annaes*, vol. I, *Appendice*, pag. 9).

O deputado Nelson de Vasconcellos transformou a idéa do Apostolado em emenda, que foi rejeitada (*Annaes* vol. II, pags. 281 e 315).

Essa obrigatoriedade, entretanto, do art. 22, não é tão rigorosa que coarcte completamente a liberdade individual. O Reg. nos §§ 1.º e 2.º do cit. art. 22 e nos arts. 23 e 24 e seus §§ e letras não só limita a obrigatoriedade que não é absoluta, mas relativa, como define e estabelece os casos de isenções, conforme se verifica da transcripção que aqui se faz dessas disposições:

«Art. 23. A obrigatoriedade entende-se exclusivamente para o ensino primario fundamental que poderá ser recebido nos estabelecimentos estaduaes, nos municipaes, nos particulares, ou nos proprios domicilios.

Paragrapho unico. Quando tiverem recebido tal ensino em estabelecimentos particulares ou municipaes não subvencionados, ou nos proprios domicilios deverão os alumnos provar-o, por meio de exame em época regulamentar, nos termos dos arts. 290 e 291».

Art. 24. Exceptuam-se da obrigatoriedade:

a) os menores impossibilitados de frequentar escolas por falta absoluta de meio de communicação, ou por indigencia notoria;

b) os que forem incapazes physica ou intellectualmente;

c) os que soffrem de molestias contagiosas incuraveis;

d) os que contarem menos de sete annos, ou mais de quatorze.

§ 1.º As isenções deverão ser provadas, por meios idoneos, perante os inspectores locaes, dispensada a prova nos casos notorios.

§ 2.º Não valerá como excepção a indigencia do menor ao qual se possa offerecer assistencia escolar nos termos deste regulamento».

Como se viu, o Regulamento prescrevendo a obrigatoriedade do ensino prevê hypotheses em que a mesma não se effectiva; estabelece condições para a punição dos infractores; fixa o perimetro escolar; determina que o ensino seja o primario fundamental e permitte, liberalmente, que o ensino se ministre tambem nas escolas municipaes e particulares.

Lendo-se, com cuidado essas disposições do nosso Regulamento vê-se, desde logo, que elle se illustrou na lição de Ruy Barbosa, relator do projecto da commissão de Instrucção publica da Camara dos Deputados, relatado a 12 de outubro de 1882, e que dispõe em o § 4.º do seu art. 1.º:

«§ 4.º E' obrigatoria a frequencia das escolas publicas do ensino primario, no municipio neutro, para as creanças de ambos os sexos, dos 7 aos 13 annos de edade.

Esta obrigação extende-se até aos 15 annos em relação aos individuos que aos 13 annos não estiverem habilitados nas materias da instrucção escolar correspondente a essa edade».

São, como se verifica, com pequenas modificações, as disposições contidas no Regulamento do Ensino que é, ao contrario, menos severo do que o referido projecto. Este, no

art. 1.º, § 11, letra «c», estabelece para os responsaveis pelo ensino dos menores a seu cargo uma multa que attinge ao maximo de 10$000, quando essa punição no nosso Regulamento não excede de 20$000 e isso em caso de reincidencia (§ 2.º do art. 515).

Prescreve a reclusão por 24 ou 48 horas e determina no § 12 que á quinta reclusão o infractor se sujeita á penalidade do art. 128 do antigo Codigo Penal, imposta em processo instaurado, «ex-officio», mediante simples communicação da auctoridade escolar, instruida com os respectivos documentos. E o rigor dos preceitos do projecto vae crescendo á medida que as reincidencias se verificarem a ponto de, nos termos do § 13, mediante representação da auctoridade escolar, poder o juiz ordenar que o menor seja, a expensas da familia, recolhido a um estabelecimento de educação. Si essa decisão não for cumprida, o juiz pode privar os paes do *usufructo dos bens dos filhos* de cuja educação se hajam descuidado. Transcrevo aqui todas as disposições citadas para que se possa estabelecer a comparação dos preceitos do projecto Ruy com os do nosso Regulamento de Ensino.

«§ 11. No fim de cada mez, o inspector escolar examinará os mappas semanaes de presença, extrahindo a lista dos responsaveis pela assiduidade dos alumnos que tiverem faltado, sem causa justificada, no decurso do mez.

Esta lista será publicada por tres dias na folha official, com designação do artigo de lei infringido e das penas em que incorrerão os reincidentes.

I. Nos cinco dias immediatos ao termo de cada trimestre, examinará o inspector escolar quaes os responsaveis que pela segunda vez, no mesmo anno, incorreram na falta qualificada neste paragrapho, parte primeira.

a) Destes lavrará uma lista distincta que publicará na folha official, durante os tres dias subsequentes.

b) Os responsaveis que, nos dois dias immediatos, não comparecerem, apresentando por escripto excusa cabal, nos termos desta lei, incorrerão na pena de vinte mil réis, imposta pelo inspector escolar.

c) Em caso de reincidencia, a pena será de trinta a quarenta mil réis, e de cincoenta a cem na terceira.

II. Reincidencia, na accepção deste paragrapho, e dos subsequentes, considera-se a reiteração, em outro mez, do delicto já punido no mesmo anno, ou no antecedente.

III. Da multa quando exceder a cincoenta mil réis, haverá recurso para o inspector geral da instrucção primaria.

IV. Quando o infractor allegar falta de recursos, com que pague, a multa, por acto do inspector escolar do districto, com recurso para o inspector geral, resolver-se-á em prisão de 24 a 48 horas.

Esta será executada immediatamente pela policia, mediante communicação da auctoridade escolar.

V—Os recursos de que trata este artigo, serão decididos de plano, mediante simples audiencia do interessado si comparecer na repartição, no prazo de quarenta e oito horas, a contar da entrega dos papeis na inspectoria geral, a que o inspector escolar os transmittirá nas 24 horas subsequentes á manifestação escripta pela parte, do animo de recorrer.

Para a manifestação deste animo, assiste á parte condemnada o prazo de quarenta e oito horas, a contar do dia em que se fizer publica pela segunda vez, na folha official, a condemnação.

VI—As decisões condemnatorias do inspector escolar nos termos deste § n. I, *b*, *c* e n. IV, serão publicadas, na folha official, por duas vezes consecutivas, nos cinco dias immediatos ao prazo fixado neste § n. I, *b*.

§ 12.—A quinta reincidencia sujeita o infractor ás penas do art. 128 do codigo criminal.

O processo, que será o mesmo estabelecido para os transgressores dessa disposição penal, instaurar-se-á *ex-officio*, mediante simples communicação da auctoridade escolar, instruida com os documentos respectivos.

§ 13.—No caso de nova reincidencia, o Inspector do districto, ou, em sua falta, o inspector geral, representará contra o delinquente ao juiz de orphãos, ao qual, ouvindo-o, caberá ordenar que o menino, num prazo nunca maior de trinta dias, seja recolhido a um estabelecimento de educação, publico, ou particular, onde a receba a expensas da familia, a cujos recursos se attenderá.

I—Si no prazo fixado não for satisfeita a intimação, o juiz a fará cumprir pelos meios legaes da sua competencia, impondo ao transgressor as penas de desobediencia e, si convier, a privação do usufructo dos bens dos filhos, cuja instrucção houverem descurado.

II Das decisões do juiz de orphãos, no caso de privação do usufructo dos bens dos filhos, haverá recurso para a Relação do districto.

III—As despesas da educação, na hypothese deste paragrapho, serão cobradas executivamente.

IV—Si o individuo incurso na disposição deste paragrapho, parte primeira, não for pae ou mãe, mas simplesmente tutor do menor, a pena immediata será a de desobediencia (art. 128 do codigo criminal).

V—Si o menor é empregado em estabelecimento mercantil, industrial, ou agricola, a pena recahirá sobre o proprietario, e, no caso deste paragrapho, parte primeira, consistirá na privação do direito de empregar, nos seus estabelecimentos, menores submettidos por esta lei á obrigação escolar.

VI—Salvo nas hypotheses de prisão, ou privação do usufructo dos bens dos filhos, os recursos auctorizados por esta lei não têm effeito suspensivo."

Como se vê, nenhuma duvida ha, portanto, de que o ensino póde ser obrigatorio no Estado. E' dever de todos os paes, tutores ou responsaveis por menores de ambos os sexos matriculados nas escolas publicas do Estado, nas do municipio ou em estabelecimentos de ensino particular.

E' obvio, comtudo, que a lei, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino, fixou os limites e as condições dessa obrigatoriedade.

Assim determinou o minimo e o maximo da edade escolar—de 7 a 14 annos.

Justificando a obrigatoriedade da instrucção elementar, desse modo se manifesta no parecer citado, á pag. 109, o maior dos nossos constitucionalistas:

"Obrigar á instrucção elementar é necessidade e justiça. Necessidade: porque a sociedade humana carece imprescindivelmente de que a intelligencia dos seus membros preencha ao menos as suas funcções rudimentares, as quaes sem certas bases de instrucção não pódem attingir o estado normal. Justiça: porque a paternidade não póde justificar a sua soberania, até ao ponto de condemnar a prole indefesa ao estado mentalmente embryonario da ignorancia absoluta. Ante a negligencia ou indigencia dos paes, essa intervenção para o Estado, na phrase insuspeita do catholico Montalembert, "um direito e um dever." Este direito e este dever são fatalmente limitados pelo seu objecto: a substituição da ignorancia popular pela instrucção popular. Um e outro param, portanto, em relação a cada individuo, na prova, a que deve ficar adstricto, de ter adquirido os primeiros elementos do ensino geral. Fixe-se o minimo das materias constitutivas da educação escolar. Submetta-se a população obrigada a ella que não frequentar a escola publica, a uma verificação regular e que realmente se instrue na escola independente, ou no seio da familia. Nada mais. "Demonstrem os meninos", diz o reitor da universidade livre de Bruxellas "que conhecem o que são obrigados a saber. Não basta? Desde o instante em que se forneça essa prova, como qualificar a inquirição que verssasse ácerca da pessoa do professor, e discutisse as aptidões victoriosamente patenteadas pelo aproveitamento dos alumnos? O direito da sociedade desapparece, em desapparecendo o seu interesse. Ora, o seu interesse reside no grau de saber dos alumnos; nada menos, nada mais."

E a pag. 111:

«Nosso principio é, pois, o de J. Simon, dizendo, num relatorio parlamentar, em 1848:

«A republica não conhece as congregações, para as opprimir, ou patrocinar: só vê deante de si professores». E' o de Benjamin Constant, resistindo, elle sósinho, sob a Restauração, com esse alto bom senso liberal que constitue a distinção da sua superioridade, ao monopolio universitario, defendido a uma por doutrinarios e liberaes: «Em educação, *como em tudo*, «ele o governo, e preserve: mas conserve se neutro; afaste os obstaculos; alhane as veredas; quanto ao bom exito no caminhar, pode confial-o ao individuo».

Essa autonomia, «esse direito de ensinar, quando se quer, e aprender, onde se entende, que forma a liberdade de ensino», nós lh'o reconhecemos, sem segunda tenção nem meio termo.

Rejeitemos o regimen prussiano, onde o direito de ensinar não existe, senão ao arbitrio do Estado, que o outorga, ou retira, á discreção; rejeitemos, ainda, as limitações do direito francez com que o proprio projecto de Paulo Bert, infelizmente, não o soube, ou não poude romper. O nosso modelo é a Inglaterra e a União Americana».

O Reg. do ensino mineiro, de modo algum, contravem as disposições do projecto, ou a doutrina constitucional do Parecer do eminente brasileiro. E' menos severo, ao contrario, o Reg. do Estado; é mais liberal; mais brandas e mais suaveis são as suas penas que commina aos infractores de seu texto e de suas disposições.

Plasmado no modelo do Projecto do Grande Mestre não ha quem possa atirar-lhe a pecha de inconstitucionalidade, de coercitivo, de garroteador da liberdade, de tutor tyrannico do direito do pae á livre escolha do mestre, da escola e da qualidade do ensino para o filho.

Não contravem os preceitos e as disposições do projecto de 1882, nem fere a doutrina, admiravel por sua pureza e por sua liberdade, do parecer com que foi justificado esse projecto. Não escorcha o pae, ou tutor, nem o constrange a ponto de fazel-o acceitar a tutela do Estado na educação de seus filhos; não o substitue a administração e o poder publico ao patrio poder, a ponto de tirar-lhe, no lar, a autoridade sagrada do *pater familiæ*, o suave e tranquillo direito de fazer instruir seus filhos, de accordo com os costumes e os velhos habitos da familia. Tambem não afrouxa de tal maneira esses laços de verdadeira solidariedade humana, e de assistencia social, permittindo que a incultura e a rudeza dos paes ou dos tutores criem os filhos e os pupillos na madraçaria, na indolencia morbida e apathica dos sertões ou na vadiagem e na ignorancia, bem apessoadas, bem enroupadas e vestidas, mas prejudicial e criminosa, das grandes cidades.

O Estado não tira ao pae o direito de escolher o mestre de seus filhos, nem o arbitrio de determinar-lhes a cultura scientifica que pretender. Não lhe rouba as prerogativas de dirigir a intelligencia dos filhos, illustrando-a como lhe approuver.

Não pode permittir, entretanto, que a fatuidade millionaria ou a indigencia notoria, ou a pobreza envergonhada dos paes negue aos filhos o ensino elementar.

Quem defende o direito á ignorancia e ao analphabetismo, julgando que o poder publico não tem o dever de exigir de cada cidadão o ensino elementar de seus filhos e futuros cidadãos, não pode e não deve exigir que o juiz togado ou popular pune crimes que são muitas vezes, ou quasi sempre, o resultado de uma deploravel ignorancia.

Que differença existe entre o selvicola e o bruto que vive nas selvas, musculoso e hirsuto, afastado de qualquer centro civilizado?

Os selvagens têm seus costumes, suas religiões e seus fetichismos; suas tradições guerreiras, suas lendas e suas poesias.

O bruto das selvas virgens é quasi o homem primitivo das cavernas que blasfema, uiva ou urra imprecações contra Deus si as intemperies e os raios lhe matam as rezes bravias. Que vale dar-se a homens desses a liberdade absoluta de crear os filhos á maneira dos irracionaes rudes e ignorantes, como elles proprios? Que futuro teria uma patria que assim garantisse a liberdade de seus filhos? A esses não devia, então, o Estado subordinar ás leis civis e penaes; não devia fazel-os respeitar o direito de propriedade, a moral social nem obrigal-os ao regimen legal da organização da familia, pelo casamento civil.

Tudo attentaria contra o seu direito de viver livremente.

Os paes têm o dever de educar os filhos e nessa educação se comprehende primordialmeute a instrucção, o ensino elementar e nem é preciso demonstrar esse dever oriundo do proprio direito natural.

Os tutores por sua vez são os guardadores e os defensores dos menores: «*Os guardadores que se chamam em direito de tutores e curadores de moços que ficam orphãos*». Ord. Aff. L. 4, tit. 82.

Appellatur tutores quasi tutores, atque defensores. (Paulo, no Dig. L. 1 § 1 º de tutel. 24. 1.)

O art. 424 do Cod. Civil dispõe:

«Art. 424. Cabe ao tutor, quanto á pessoa do menor:

I. Dirigir-lhe a educação, defendel-o e prestar-lhe alimentos, conforme os seus haveres e condição.

II. Reclamar o juiz que providencie, como houver por bem, quando o menor haja mistér correcção».

Por esse artigo ao tutor incumbe o dever, a obrigação de *dirigir a educação* do menor e essa incumbencia se repete nos arts. 425 e 426.

Commentando o art. 424, escreve Clovis Bevilacqua, pag. 417 de seu livro «Codigo Civil»:

«O tutor dirige a *educação* do menor, segundo a sua condição, não devendo, em qualquer hypothese, *prival-o da instrucção elementar*.

Nomeado uma vez tutor *ad hoc*, de uma menor em Uberaba, officiei no sentido de ser a mesma arredada da companhia da avó, sua tutora que a privava de frequentar a escola. Entre os argumentos que adduzi, na occasião, figuraram os seguintes:

«...Nos termos do art. 422 do Codigo, ao tutor incumbe «reger a pessoa do menor, velar por elle e administrar-lhe os bens». Mais serio e mais difficil o encargo da 1ª parte, relativo á pessoa do menor e no art. 424 a exigencia mais ainda se positiva:

I. — dirigir lhe a *educação... conforme os seus haveres e condições*. Claro, pois, um dos principaes deveres do tutor é a educação do seu pupillo, mais ou menos esmerada e completa, segundo os bens que possue. Não basta, assim, provar se que alguem é honesto, moralizado e bom para ser tutor de um menor.

A existencia dessas condições não impede que a pessoa seja rude de maneiras, desprovida de intelligencia, acanhada de idéas, retrograda. Nem valeriam ao menor os bens largos da fortuna si o seu tutor não soubesse ou não quizesse usar delles convenientemente em seu beneficio e para sua educação. As qualidades de espirito do tutor influem, profundamente, no futuro do menor e melhor educará o pupillo o tutor que mais larga visão tiver das cousas da vida, do que aquelle que se limitar, e tanto succede, a amontoar honesta mas misantropamente os rendimentos dos bens e dos tutelados, ao envez de empregal-os na formação de seu espirito e no aformoseamento de suas qualidades moraes...»

«...Ahi está porque, nos termos do art. 422 cit. o tutor rege a pessoa e bens do menor, «sob a inspecção do juiz». A idoneidade que tem não o isenta dessa fiscalização e nem lhe dá o arbitrio de dar ao menor a educação que lhe apraz. Si ao juiz se afigura que a educação dada ao menor não basta, póde com ella não concordar e exigir que seja modificada, e si assim não fosse, inutil seria a disposição citada acima, letra morta que se não applica, e v. exc. sabe que a lei sobria e precisa não pode conter inutilidades.

E a prova disso é que a lei permitte a remoção da tutela e até a perda do patrio poder; nem de outra maneira se poderia comprehender o instituto da tutela que Sulpicuis definio: *Tutela est... vis (ou jus) ac potestas in capite libero ad tuendum eum qui propter aetatem sua sponte se defendere nequit jure civili data ac permissa* (Pontes de Miranda, Direito de Familia, § 174, nota 1, pag. 377).»

«... A idoneidade que fala a lei não é a virtude só, nem a bondade, nem o amor ao trabalho, mas a aptidão que ao tutor se requer para cuidar dos bens e da pessoa do menor, isto é, de sua fortuna, de seu corpo e de seu espirito.

E não fossem o espirito e o coração dos menores susceptiveis de uma nova formação, não pudesse haver modificações no caracter dos proprios homens, inuteis seriam todas as obras de assistencia e recolhimento, as branduras e os meios concitivos, as penitenciarias, as Saint-Lazares, as Coincergerie e os Apprendizados Agricolas. Estariam falidas todas as doutrinas de Spencer, Smilles, Finot e dos que vêm na pena não o castigo mas a repressão, a educação e a regeneração».

De accordo com meu officio nos autos, decidiu primeiro o exmo. dr. Cleto Toscano Barreto e depois o dr. Fernando de Mello Vianna, então juiz de direito daquella comarca e hoje, respectivamente, Procurador Geral e Presidente do Estado.

—

Concluindo

Sou de opinião que podem ser, nos termos de meu parecer, applicadas as disposições penaes do Regulamento do Ensino contro os seus infractores, dada a constitucionalidade dessas disposições.

—

Este o parecer que submetto á douta correcção de v. ex.

Apresento a v. exc. os meus protestos de elevada estima e consideração.— *Tancredo Martins*, consultor juridico.

DIRECTORIA DE INSTRUCÇAO

RELAÇÃO DOS PROFESSORES ELOGIADOS DE 16 DE FEVEREIRO A 14 DE MARÇO DE 1925

Por Portarias:

(Dia 16 de fevereiro)

1—Manoel Jacintho Ferreira de Brito e seus auxiliares no Grupo Escolar, de Sylvestre Ferraz.

(Dia 3 de Março)

2—Viviana Rocha de Oliveira, do districto de Guarda Mór, municipio de Paracatú.

(Dia 5)

3—Maria Amelia da Rocha, do districto de Dattas, municipio de Diamantina.

(Dia 13)

4—Elmira Procopio Pereira, da Estação de Sitio, (districto de Bias Fortes), municipio de Barbacena.

(Dia 14)

5—Alice Couto, da cidade de Barbacena.

6—Izaura Amorim, da Estação de Sitio, (districto de Bias Fortes), municipio de Barbacena.

7—Olympia Mafra, do districto de Porto de Guanhães, municipio de Guanhães.

Por Officios:

(Dia 16 de fevereiro)

1—Perpetua Machado Gusmão, da cidade de Cataguazes.

2—Izabel Milagres, da cidade de Raul Soares.

(Dia 17)

3—Maria Brandão Lobato Silva, da cidade de Muriahé.

4—Izabel Bastos, Maria Adelaide Peçanha, Mirandinha de Lima, Julia Lopes, Edith Brandão, Dagmar Braga, Conceição Guimarães e Dinah Guimarães, directora e professoras do Grupo Escolar de São Matheus, municipio de Juiz de Fóra.

(Dia 3 de Março)

5—Aureo Fernandes Kern, do districto de Urucú, municipio de Theophilo Ottoni.

6—Alzira Mello, de Barroso, municipio de Tiradentes.

(Dia 5)

7—Maria das Dores Franco, de Victoriano Veiloso, municipio de Tiradentes.

(Dia 6)

8—Orlinda Carrero de Figueiredo, do districto de Itinguy, municipio de Arassuahy.

9—Luiza Cherubina de Oliveira, de S. Miguel de Ponte Nova, municipio de Sacramento.

10—Maria José Ferraz Costa, de Santa Rita de Caldas, municipio de Caldas.

(Dia 9)

11—Clotilde Rocha, de Barroso, municipio de Tiradentes.

(Dia 10)

12—Fabiola Broilo, do Bairro de Palmeiras, municipio de Ponte Nova.

RELAÇÃO DOS PROFESSORES ELOGIADOS DE 16 DE MARÇO A 15 DE ABRIL DE 1925

Por portarias:

Dia 16 de Março:

1—Marcia Julia de Azevedo, do districto de Corrego d'Anta, municipio de Luz;

2—Estephania Maria do Patrocinio, do povoado de Barra, municipio de S. Paulo do Muriahé;

Dia 27:

3—Saulo de Freitas, do Grupo Escolar de Bom Despacho;

Dia 3 de Abril:

4—Maria da Purificação Cintra, do districto de São Francisco Xavier, municipio de Prados;

Dia 13:

5—Francisca Pinheiro, do districto de Rio Doce, municipio de Ponte Nova;

Dia 15:

6—Melchiades da Costa Lages, do districto de N. S. do Carmo, municipio de Itabira.

Por officios:

Dia 25 de Março:

1—Eurico Silva, Alcina Coutinho, Umbelina Terra, Maria Carmelita e Corina de Oliveira, do Grupo Escolar de Uberaba;

Dia 27:

2—Alvaro Prates, Julia Augusta dos Anjos, Alzira Mendes Siqueira, Ernestina Spyer, Aura Sarmento e Luiza Maria Prates, do Grupo Escolar de Montes Claros;

Dia 1.º de Abril:

3—Eulalia Silva, do districto de Laranjal, municipio de Cataguazes;

4—Margarida Maria Alacoque da Trindade, do districto do Rio Doce, municipio de Ponte Nova;

5—Josephina Rosalina da Fonseca, do bairro de Palmeiras, na cidade de Ponte Nova;

Dia 9:

6—Olympia Cintra Mourão, da Villa de Itabirito;

7—Elza Ferraz Koller, do districto de Sant'Anna do Capivary, municipio de Pouso Alto;

8—Angelina Quites, da Villa de Itabirito;

Dia 3:

9—Leobato Tiburcio de Almeida, de Estrella do Indayá, municipio de Indayá;

Dia 4:

10—Maria Carolina Campos, Maria Montserrat, Maria José do Valle e Maria Similiana Borges, do Grupo Escolar de Formiga;

Dia 8:

11—Maria de Nazareth Pinheiro, do Bairro de Palmeiras, na cidade de Ponte Nova,

Dia 14:

12—Marietta Starling, do districto de Baldin, municipio de Santa Luzia;

Dia 15:

13—Arthur Mendonça de Alvarenga Mafra, Feliciana José Ferreira, Marianna Pereira da Silva, Maria de Campos Cordeiro, Maria de S. Pedro Leite, Vitalina Maria de Oliveira, Maria de Freitas Mourão, Esther Coelho de Mello e Maria Alvares da Silva, do grupo escolar de Abaeté.

Do «Minas Geraes» de 19 de Março de 1925:

«A Secretaria do Interior chama a attenção dos srs. secretarios de caixas escolares para a impontualidade de remessas dos balancetes mensaes, verificada no anno passado.

Foram enviados avisos a todos os secretarios das caixas cuja escripta não está em dia no registro desta Secretaria.

No corrente anno, de conformidade com o disposto no art. 477, do Reg. em vigor, os balancetes serão enviados semestralmente».

AVISOS

«Tendo chegado a esta repartição varias consultas de directores de grupos e professores de escolas singulares, si as provas trimestraes abrangem geographia e historia do Brasil ou si são de lingua patria e arithmetica somente, declaro, para conhecimento do professorado em geral e da inspecção technica do ensino, que as referidas provas deverão ser de lingua patria, arithmetica, geographia e historia do Brasil, ficando, assim, solucionadas aquellas consultas e desfeitas todas as duvidas.

Directoria de Instrucção, em Bello Horizonte, 13 de março de 1925. — *Lucio José dos Santos*, director da Instrucção.

Do systema de folhas mensaes de que trata o art. 355, do regulamento, tendo resultado difficuldades no pagamento ao pessoal dos grupos escolares, porque ha funccionarios que recebem seus vencimentos na collectoria local, outros em collectoria de municipio proximo, e finalmente, outros á bocca do cofre, o sr. Secretario do Interior resolveu que para o effeito do mesmo pagamento basta que aos referidos funccionarios sejam expedidos attestados de exercicio, de accordo com o art. 352.

Na Capital, serão organizadas as folhas, mas, o pagamento se fará no dia marcado pela forma estabelecida para as Secretarias de Estado.

A Secretaria do Interior, empenhada em fazer das nossas casas de ensino institutos que possam elevar cada vez mais o bom nome do Estado, vem recommendar aos directores, inspectores, e professores, a todos, emfim, que têm os olhos voltados para a instrucção popular mais duas iniciativas de incontestavel proveito.

Quer a direcção do ensino que se promovam nos nossos estabelecimentos a fundação de museus e bibliothecas e a realização de excursões escolares.

A primeira iniciativa, si levada a termo com patriotismo e criterio, terá projecção tão larga, que não se limitará ás paredes de cada estabelecimento. A sua repercussão attingirá certamente todo o meio social em que o instituto tem séde, despertando em seu seio interesse natural e justificado por um melhoramento que eleva o seu grau de cultura.

A segunda iniciativa, tambem como a primeira adoptada hoje no mundo em todas as casas modernas de educação e ensino, virá imprimir um novo e radioso sopro de vida aos nossos estabelecimentos, facilitando, entre os alumnos, esse alegre e salutar convivio, a que as excursões dão um forte sentimento de camaradagem.

A Secretaria do Interior recommenda, com legitimo empenho, os movimentos, que realizem esta idéa. Assim melhor se completará entre nós a educação popular, problema que, dia a dia, exige um punhado de lembranças e de actos que tornem melhor o ambiente dos que frequentam os bancos escolares.

A Secretaria aguarda com interesse o resultado destas recommendações.

Força Publica

CIRCULAR N. 3

FREQUENCIA ESCOLAR

A todas as auctoridades policiaes o sr. Chefe de Policia recommenda, com especial interesse, que, sem o emprego de violencia e, sempre que possivel, por acção propria, procurem impedir que os menores de 7 a 14 annos perambulem pelas ruas e estradas, sem motivo justificado, durante as horas de aulas, conduzindo-os á presença da auctoridade escolar.

Esta recommendação tem por fim tornar effectivo o preceito do art. 30 do Regulamento do Ensino, que prescreve ser obrigatoria a matricula e a frequencia das escolas publicas ou particulares subvencionadas que existirem dentro do perimetro escolar.

No cumprimento desse dever, as auctoridades policiaes agirão com prudencia, usando de meios brandos e tendo em vista as dispensas de matricula e frequencia que o regulamento estabelece no art. 24.